

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC ONDIARA BARBOSA

UMA VISÃO REALISTA DO ÁRTICO:

As ações dos Estados Unidos da América e da Rússia na região entre 1996 e 2015.

Rio de Janeiro

2016

CC ONDIARA BARBOSA

UMA VISÃO REALISTA DO ÁRTICO:

As ações dos Estados Unidos da América e da Rússia na região entre 1996 e 2015.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Leonardo Mattos

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2016

AGRADECIMENTO

À minha família, à minha filha Isabela e ao meu amor, Renata, pelo irrestrito e persistente incentivo durante o período de elaboração deste trabalho.

Ao Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) Leonardo Faria de Mattos, meu orientador, pela motivação acadêmica e pelos precisos ensinamentos e oportunos conselhos ao longo da jornada de dedicação à pesquisa.

Ao Capitão-de-Fragata (RM1) Ohara Barbosa Nagashima pela incansável dedicação aos Oficiais-Alunos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores e pelo esmero na orientação metodológica.

RESUMO

O propósito da pesquisa é analisar se as ações dos Estados Unidos da América (EUA) e da Rússia no Ártico, diante da alteração climática e do consequente aumento do degelo, que proporcionaram maior acesso às rotas marítimas e aos recursos naturais da região, estão em sintonia com a Teoria Realista. A relevância do tema reside na oportunidade de contribuir para a compreensão da política internacional no Ártico, assim como para a percepção da alteração da importância geopolítica da região. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, adotando-se um estudo comparativo focado na análise das ações dos EUA e da Rússia no Ártico no período entre 1996 e 2015. O trabalho apoiou-se na aplicação da Teoria Realista segundo a qual os Estados buscam atender seus interesses definidos em termos de poder. Foram utilizados os elementos constituintes do Poder Nacional com a finalidade de realizar a análise das ações. Após inter-relacionar a teoria com os dados e evidências, concluiu-se que os EUA e a Rússia buscaram aumentar suas reservas naturais, disputaram o controle do acesso às rotas marítimas e elevaram o seu grau de preparação militar no Ártico, aumentando assim o seu Poder Nacional na região, comprovando, portanto, o caráter realista de suas ações.

Palavras-chave: Ártico. Estados Unidos da América. Rússia. Teoria Realista.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Limite geográfico do Ártico.....	59
Figura 2 -	Extensão da área congelada do Oceano Ártico	60
Figura 3 -	A Cordilheira de Lomonosov e limites marítimos do Ártico.....	61
Figura 4 -	Campos de petróleo e gás da Rússia no Ártico.....	62
Figura 5 -	Bandeira da Rússia no Polo Norte.....	63
Figura 6 -	Campos de petróleo e gás no Alasca.....	64
Figura 7 -	Rotas marítimas no Ártico.....	65

LISTA DE TABELAS

- 1 - Distância entre portos (km) segundo as rotas marítimas..... 66
- 2 - Tonelagem (t) do tráfego marítimo na Rota Marítima Norte entre 2013 e 2015..... 67
- 3 - Tráfego marítimo na Passagem Noroeste entre 2005 e 2010.....68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAC -	<i>Arctic Athabaskan Council</i>
AEPS -	<i>Arctic Enviromental Protection Strategics</i>
AIA -	<i>Aleuts International Association</i>
ANWR -	<i>Arctic National Wildlife Refuge</i>
CARA -	<i>Circum Arctic Resource Apraisal</i>
CLPC -	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CNO -	<i>Chief of Naval Operations</i>
CNUDM -	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
EUA -	Estados Unidos da América
GCI -	<i>Gwich'in Council International</i>
ICC -	<i>Inuit Circumpolar Council</i>
INSROP -	<i>International Northern Sea Route Program</i>
NPRA -	<i>National Petroleum Reserve in Alaska</i>
NSPD -	<i>National Security Presidential Directive</i>
NSR -	<i>Northern Sea Route</i>
NSRA -	<i>Northern Sea Route Administration</i>
NORAD -	<i>The North American Aerospace Defense Command</i>
OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte
RAIPON -	<i>Russian Associaton of Indigenous People of the North</i>
USEUCOM -	<i>United States European Command</i>
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USGS -	<i>United States Geological Survey</i>
USNORTHCOM -	<i>The North American Aerospace Defense Command</i>

SC -	<i>Saami Council</i>
TFCC -	<i>Task Force Climate Change</i>
ZEE -	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A TEORIA REALISTA E O ÁRTICO	13
2.1	A Teoria Realista.....	13
2.2	Definindo o Ártico.....	16
3	A DISPUTA PELOS RECURSOS NATURAIS	19
3.1	A Plataforma Continental: uma nova fronteira.....	19
3.2	As controvérsias nas fronteiras marítimas.....	22
3.3	A importância dos recursos naturais para os Estados Unidos da América e a Rússia..	25
3.4	Conclusões Parciais.....	29
4	A DISPUTA PELAS ROTAS MARÍTIMAS	31
4.1	A Rota Marítima Norte.....	32
4.2	A Passagem Noroeste.....	35
4.3	Conclusões Parciais.....	39
5	A PRESENÇA MILITAR	41
5.1	O Grau de Preparação Militar dos Estados Unidos da América no Ártico.....	41
5.2	O Grau de Preparação Militar da Rússia no Ártico.....	46
5.3	Conclusões Parciais.....	50

6	CONCLUSÃO.....	52
	REFERÊNCIAS.....	55
	ANEXOS.....	59

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo onde as questões envolvendo o aquecimento global ganham cada vez mais espaço na política internacional, uma região, em especial, vem sendo transformada significativamente por este fenômeno: o Ártico. Essa área foi palco de grandes preocupações durante a Guerra a Fria (1947-1989)¹ envolvendo diretamente os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), esta última fragmentada em 1991, dando origem, dentre outros Estados, à Rússia.

Com a alteração climática e o conseqüente aumento do degelo proporcionando maior acesso às rotas marítimas do Ártico, conectando a Europa ao leste Asiático, assim como maior acessibilidade aos recursos naturais, a importância geopolítica da região vem sendo alterada. O presente trabalho propõe-se a analisar como as ações dos atores principais da região, os EUA e a Rússia, estão sendo conduzidas na área diante das modificações supramencionadas. Estariam esses Estados realizando suas ações em sintonia com a Teoria Realista?

O propósito deste trabalho é portanto, analisar as ações do EUA e da Rússia no Ártico entre 1996 e 2015 e responder à pergunta supracitada. Foi adotada a hipótese de que as referidas ações foram baseadas nas concepções da Teoria Realista segundo Morgenthau (2003). O período selecionado, respectivamente, demarca a criação do Conselho do Ártico, representando um suposto interesse na busca pela cooperação, e a divulgação pelos EUA da *National Security Strategy*, mencionando a possibilidade de ocorrer um conflito no Ártico por razões de disputa por fontes de energia.

A relevância do tema fundamenta-se na oportunidade de contribuir para a compreensão da política internacional envolvendo o Ártico, assim como para a percepção da

¹ Expressão cunhada pelo financista estadunidense Bernard Baruch, em 1947, para representar o estado de tensão existente entre os EUA e a URSS (BLAINEY, 2011).

alteração da importância geopolítica da região.

Para ascender ao objetivo, a metodologia empregada nesta dissertação é um estudo comparativo, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental. O estudo está estruturado nos moldes de um trabalho científico, com aplicação da Teoria Realista descrita por Morgenthau (2003) que permite decompor o Poder Nacional em seus elementos constitutivos, possibilitando a utilização de três variáveis: os Recursos Naturais, a Geografia e o Grau de Preparação Militar. Pretende-se com a verificação da intencionalidade em aumentar os elementos constitutivos do Poder Nacional, concluir a busca pelo aumento do próprio poder, que, por fim, representa o interesse do Estado, comprovando, dessa forma, a aplicabilidade da Teoria Realista no objeto analisado.

No segundo capítulo será apresentada a fundamentação teórica da pesquisa, abordando o Realismo segundo Morgenthau, assim como a descrição do espaço onde as ações a serem analisadas ocorreram. Pretende-se fornecer as informações preliminares necessárias para a compreensão dos aspectos que serão analisados nos capítulos subsequentes.

No terceiro, quarto e quinto capítulos, as variáveis serão analisadas frente as ações que foram realizadas, com a finalidade de verificar se houve intuito dos Estados em aumentar esses elementos e, conseqüentemente, o seu Poder Nacional.

No último capítulo será concluída a pesquisa fazendo uma análise na relação entre a hipótese apresentada e os resultados alcançados.

Assim, inicia-se o estudo com a apresentação dos conhecimentos necessários para a compreensão da pesquisa. Serão abordadas a fundamentação teórica, com a apresentação da Teoria Realista, e a descrição do Ártico, cenário dos estudos que foram realizados.

2 A TEORIA REALISTA E O ÁRTICO

A fundamentação teórica a ser utilizada neste trabalho, assim como a compreensão do espaço onde ocorrerão as ações serão abordadas neste capítulo. A apresentação desses tópicos é necessária, pois seu conhecimento servirá para o entendimento dos argumentos que serão analisados.

O capítulo será dividido em duas seções, a primeira apresentará a Teoria Realista, enquanto a segunda abordará aspectos geográficos e políticos do Ártico.

A seguir, será apresentado o Realismo segundo Morgenthau com ênfase no conceito de Poder Nacional e seus elementos.

2.1 A Teoria Realista

As Teorias das Relações Internacionais buscam sintetizar e organizar tanto a forma de pensar como a de agir dos atores na esfera internacional. Dentre essas, apresenta-se a Teoria Realista descrita por Morgenthau (2003), a qual será utilizada como fundamentação teórica para o presente trabalho (CASTRO, 2012).

O Realismo apresenta um mundo imperfeito como resultado direto da natureza humana, no qual há interesses contrários e conflitos contínuos. A utilização plena de princípios morais não é factível, devendo sempre que possível, e de forma temporária, ser buscado o equilíbrio de interesses com uma consequente solução precária de conflitos. Por fim, a teoria se preocupa em retratar a natureza humana tal como se apresenta, sendo possível ser demonstrada por fatos históricos (MORGENTHAU, 2003).

Morgenthau (2003) na sua obra “A Política entre as Nações” apresenta o Realismo fundamentado-o em seis princípios, destacando a razão como ferramenta essencial para a

compreensão dos fatos que permeiam as relações internacionais. Os argumentos discutidos nos princípios são caracterizados, principalmente, por apresentarem as políticas dos Estados direcionadas para buscar seus interesses, os quais, por sua vez, podem ser definidos como Poder, conceito-chave que será ampliado posteriormente. Essa busca é realizada por uma política governada pela natureza humana, na qual os princípios morais universais não são utilizados, agindo de acordo com as circunstâncias concretas do tempo e do lugar. A história comprova o que foi mencionado, ou seja, a política pensa e age em termos de interesse definido como Poder.

Observa-se que há um conceito-chave apresentado na Teoria Realista: o Poder. Segundo Morgenthau (2003, p.199), “é a força de um homem sobre as mentes e as ações de outros homens, esse que pode ser encontrado sempre que seres humanos vivem em contato social um com os outros.” É necessário elevar esse conceito do aspecto individual para o de um Estado, tendo em vista ser este o principal ator do cenário internacional. Sendo assim, chega-se ao conceito de Poder Nacional². Para ser possível quantificá-lo relativamente entre os Estados é apresentado por Morgenthau (2003) os elementos que o constitui, quais sejam: Geografia, Recursos Naturais, Grau de Preparação Militar, Capacidade Industrial, População, Índole Nacional, Moral Nacional, Qualidade da Diplomacia e Qualidade do Governo. Cabe ressaltar que o conceito de Poder Nacional, assim como o de seus elementos, possui uma definição no Glossário das Forças Armadas Brasileiras (2015). No entanto, neste trabalho será adotado o conceito e os elementos apresentados por Morgenthau na Teoria Realista.

Dentre os elementos apresentados, foram selecionados três para atuarem como variáveis a serem analisadas nos próximos capítulos frente aos fatos que serão apresentados como consequência das ações dos EUA e da Rússia no Ártico entre 1996 e 2015.

Os Recursos Naturais apresentam-se como a primeira variável a ser empregada

² De acordo com o Glossário das Forças Armadas, Poder Nacional “é a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional. Manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica” (BRASIL, 2015, p.212).

neste estudo. Morgenthau (2003) atribuiu a ela uma estabilidade relativa. O emprego de novas tecnologias pode indicar novas reservas ou permitir o acesso a outras, justificando dessa forma a sua classificação como um elemento relativamente estável. Dentre os recursos, são destacados os alimentos, relacionados ao grau de autossuficiência do Estado, e as matérias primas associadas à produção industrial, cabendo uma menção especial às fontes de energia. Essa variável será utilizada, nesta pesquisa, com enfoque nos hidrocarbonetos, com a finalidade de auxiliar a análise de controvérsias e ações decorrentes no Ártico.

A Geografia, segunda variável a ser utilizada nesta pesquisa, de acordo com Morgenthau (2003), é o elemento mais estável por estar pouco suscetível a alterações e sua importância está relacionada, entre outros aspectos, à sua localização. Esse aspecto será destacado, posteriormente, ao serem analisadas as controvérsias envolvendo a classificação das rotas marítimas árticas como águas interiores, parte do território nacional, ou como estreitos internacionais, de uso comum a todos os Estados.

A terceira e última variável trata do Grau de Preparação Militar, essencial para apoiar a política externa do Estado. Segundo Morgenthau (2003), ela é dependente da tecnologia a disposição das Forças Armadas, assim como da liderança militar, da quantidade e qualidade dos homens e armas que a compõem.

A Capacidade Industrial, representando as instalações fabris com capacidade de utilizar as matérias-primas para fins civis e militares; a População, que possibilita criar e aplicar os elementos do Poder Nacional; a Índole Nacional, que representa a valorização do intelecto e da índole; o Moral Nacional, que trata do grau de determinação com que o povo apoia as políticas externas do seu governo na guerra e na paz; a Qualidade da Diplomacia, responsável por utilizar os diferentes elementos do Poder Nacional no intuito de produzir os maiores efeitos possíveis na política internacional; e por fim, a Qualidade do Governo, que deverá mensurar corretamente a postura da política externa comparada ao Poder Nacional

disponível, assim como balancear corretamente os recursos existentes e auferir o apoio da população, completam os elementos do Poder Nacional (MORGENTHAU, 2003).

A breve descrição da Teoria Realista leva a concluir que as ações dos Estados convergem na busca pela ampliação do Poder Nacional, tornando-os mais capacitados a impor suas vontades sobre outros Estados. Esse Poder é composto por elementos constitutivos. A natureza humana, em um sentido pessimista, permeia a política externa a qual não segue os princípios morais universais, mas sim os seus interesses. Os aspectos apresentados podem ser comprovados ao longo da história fazendo uso sempre dos fatos e da razão.

Na próxima seção serão abordados os aspectos geográficos e políticos mais relevantes do Ártico, necessários para a contextualização das ações que serão descritas nos capítulos seguintes.

2.2 Definindo o Ártico

A maior parte da região é formada pelo Oceano Ártico, em grande parte coberto permanentemente por gelo, possuindo, aproximadamente, a mesma dimensão da Rússia e de uma vez e meia a dos EUA. A região é cercada por ilhas, arquipélagos e pelas grandes massas continentais da América do Norte e da Eurásia. De acordo com a definição climática, seus limites compreendem uma linha que une os pontos cuja média de temperatura anual é de 10 graus centígrados, a qual não corresponde ao Círculo Ártico³. Os limites utilizados para defini-lo neste trabalho serão os mesmos descritos pelo Conselho do Ártico, Fórum Internacional que será discutido com maiores detalhes mais adiante nesta seção, e contemplam territórios do Canadá, EUA, Finlândia, Groelândia, Islândia, Noruega, Rússia e Suécia (FIG. 1) (DODDS; NUTTAL, 2016; MARSHALL, 2015).

³ Linha imaginária que circunda o globo na latitude 64° 34'N. Disponível em: <<https://nsidc.org/cryosphere/arctic-meteorology/arctic.html>> Acesso em: 10 jul. 2016.

Os principais grupos de nativos do Ártico estão organizados em associações, como a *Aleuts International Association* (AIA), representando os *Aleuts* dos EUA e Rússia; o *Arctic Athabaskan Council* (AAC), representando os *Athabaskans* do Canadá e dos EUA; o *Gwich'in Council International* (GCI), representando os *Gwich'in* do Canadá e dos EUA; o *Inuit Circumpolar Council* (ICC), representando os *Inuit* do Canadá, EUA, Groelândia e Rússia; a *Russian Association of Indigenous People of the North* (RAIPON), representando 41 etnias diferentes que vivem na parte setentrional da Rússia; e, finalmente, o *Saami Council* (SC) representando os *Saami* da Finlândia, Noruega, Rússia e Suécia⁴. Tais representações participam das discussões envolvendo temas sobre a região (DODDS; NUTTAL, 2016).

O clima no Ártico é outro fator importante a ser analisado, pois a sua alteração vem ocasionando impactos na acessibilidade na região, seja pela abertura durante um maior período do ano das rotas marítimas árticas, seja por proporcionar maior acesso aos recursos naturais. Em setembro de 2012, foi registrado o recorde, considerando as medições iniciadas a partir de 1979, de menor extensão de área congelada do Oceano Ártico: 3.6 milhões de km², aproximadamente 50 por cento da média registrada entre 1979 e 2000 (FIG. 2). Há estudos contraditórios quanto à data em que o Oceano Ártico estará inteiramente descongelado durante o verão. Alguns estudos apontam 2030 ou 2040 e outros para 2070 (BYERS, 2013; DODDS; NUTTAL, 2016).

Quanto à governança, destaca-se a criação, por iniciativa do Canadá, em 1996, do Conselho do Ártico, um Fórum Intergovernamental que envolve os chamados Estados Árticos, ou seja, aqueles que possuem território na região: Canadá, Dinamarca⁵, EUA, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia e Suécia. A origem deste Conselho encontra-se na criação do *Arctic Environmental Protection Strategics* (AEPS), em 1991, proposto pela Finlândia e com enfoque na proteção do meio ambiente. A criação do Conselho foi

⁴ Disponível em: <<http://www.arctic-council.org/index.php/en/about-us/permanent-participants/sc>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁵ A Groelândia possui governo autônomo, mas pertence à Dinamarca. Disponível em: <<http://denmark.dk/pt/sociedade/groenlandia-e-ilhas-faroe/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

dificultada, inicialmente, pela posição contrária dos EUA, que aceitaram participar desde que fosse atribuída à nova entidade a classificação de Fórum e não de Organismo Internacional (BLOOM, 1999).

O Conselho possui como propósito promover a preservação do meio ambiente na região, assim como o desenvolvimento sustentável. A presidência é ocupada por um dos Estados-Membros em sistema de rodízio⁶. Seu atual presidente é os EUA, representado pelo Almirante Robert J. Papp Jr (2015-2017), ex-Comandante da Guarda Costeira estadunidense. Os EUA veem a sua presidência como uma oportunidade de fortalecer o Fórum para contribuir com os seus interesses expressos na “*National Strategy Plan for the Arctic Region*” e no “*Implementation Plan for National Strategy Plan for the Arctic Region*”⁷ (ESTADOS UNIDOS, 2013a; ESTADOS UNIDOS, 2014a).

A Comunidade indígena da região possui assento permanente no Conselho, sem o direito de voto e sendo representada pelas seguintes organizações: AIA, AAC, GCI, ICC e RAIPON. Os Estados que não possuem território na região podem solicitar sua inclusão como observadores, posição já ocupada pela Alemanha, China, Cingapura, Coréia do Sul, Espanha, França, Holanda, Índia, Itália, Japão, Polônia e Reino Unido⁸.

Observa-se, portanto, que o Ártico possui uma área extensa, predominantemente marítima, sendo impactada pelas alterações climáticas. As principais consequências estão diretamente relacionadas com a abertura das rotas marítimas que possibilitam a ligação mais curta entre a Europa e o Leste Asiático, assim como a maior acessibilidade aos recursos naturais da região. Dessa forma, a única entidade intergovernamental da região, o Conselho do Ártico, inicialmente possuindo pouca relevância para Estados como os EUA, vem ganhando aos poucos maior expressão nas discussões sobre os temas do Ártico.

⁶ Disponível em: <<http://www.arctic-council.org/index.php/en/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

⁷ Disponível em: <<http://www.state.gov/e/oes/ocns/opa/arc/uschair/index.htm>>. Acesso em: 15 jul 2016.

⁸ Disponível em: Disponível em: <<http://www.arctic-council.org/index.php/en/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

3 A DISPUTA PELOS RECURSOS NATURAIS

Conforme destacado no desfecho do capítulo dois, um dos princípios do Realismo estabelece que os interesses dos Estados estão relacionados à busca pelo Poder. Chegou-se a conclusão, ainda, que é possível correlacionar a Teoria Realista com fenômenos por meio da análise de elementos constitutivos do Poder Nacional, dos quais três foram selecionados para esta pesquisa, com base em sua relevância: Recursos Naturais, Geografia e Grau de Preparação Militar. Neste capítulo, será analisada a variável Recursos Naturais nas ações dos EUA e Rússia no Ártico, entre 1996 e 2015, com a finalidade de contribuir para a validação ou não da hipótese desta pesquisa e obter uma análise singular da participação destes recursos no aumento da importância geopolítica da região. A abordagem foi estruturada em quatro seções, as quais apreciarão as questões envolvendo a Plataforma Continental, as controvérsias envolvendo as fronteiras marítimas, a importância dos recursos naturais e, por fim, as conclusões parciais.

A primeira seção fará uma análise das ações dos EUA e Rússia na região envolvendo diretamente a Plataforma Continental, conforme será visto a seguir.

3.1 A Plataforma Continental: uma nova fronteira

Em junho de 2008, foram publicados, pela agência governamental *U.S Geological Survey* (USGS), os resultados do programa *Circum Arctic Resource Apraisal* (CARA) que, utilizando uma metodologia probabilística baseada em geologia, divulgou o potencial de recursos hidrocarbonetos no Ártico⁹. A pesquisa informou que o Ártico possui, aproximadamente, um quinto das reservas de petróleo e gás não explorados no mundo, sendo

⁹ A pesquisa dividiu o Ártico em 33 províncias, representando o seu potencial de reservas de hidrocarboneto, das quais metade estão na Rússia e nas suas águas adjacentes e a outra metade dividida entre Alasca, Canadá, Groelândia e Noruega.

30% das reservas de gás e 13% das reservas de petróleo. Os estudos foram realizados baseados na capacidade de exploração da tecnologia atual, deixando, dessa forma, espaço para novas descobertas. O relatório revelou, ainda, que, aproximadamente, 84% das reservas encontra-se em áreas *offshore* destacando a importância do mar na exploração destes recursos (KLARE, 2013; USGS, 2008).

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), realizada em 1982, em Montego Bay, formulou uma ordem jurídica para os oceanos e mares, estabelecendo um regime de regras de governança para a utilização desses e dos seus recursos¹⁰.

Até hoje, os EUA não ratificaram a Convenção¹¹, contudo, o Poder Executivo ressaltou a urgência em modificar esta posição, em 2009, na “*National Security Presidential Directive (NSPD) - 66*”, afirmando que o caminho mais efetivo para alcançar o reconhecimento internacional e possuir uma base legal que garantisse a extensão da Plataforma Continental estadunidense no Ártico seria por meio dos procedimentos descritos na CNUDM. Dado o interesse crescente na região, foi elaborado, em 2013, a *National Strategy for the Arctic Region*, sendo novamente destacada a importância da ratificação do documento (ESTADOS UNIDOS, 2009a; ESTADOS UNIDOS, 2013a).

A Rússia ratificou a Convenção em março de 1997 e, cumprindo o disposto no Artigo 76¹², apresentou à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC)¹³, em 2001, apenas quatro anos após a ratificação da convenção, os estudos atinentes à extensão da sua Plataforma Continental, solicitando a inclusão de 102.000 km² do leito marinho do Oceano

¹⁰ *United Nations Convention on the Law of the Sea of 10 December 1982: Overview and full text*. Disponível em <<http://www.un.org>>. Acesso em: 10 maio 2016.

¹¹ *Table recapitulating the status of the Convention and of the related Agreement, as at 10 October 2014*. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em: 10 maio 2016.

¹² O Artigo 76 estabelece os critérios técnicos para a extensão da Plataforma Continental, a qual pode ser estendida até uma distância máxima de 350 milhas náuticas da linha de base ou de 100 milhas náuticas da Isóbata de 2500 m.

¹³ A CLPC, uma comissão da ONU, possui o propósito de facilitar a implementação dos limites da Plataforma Continental, além das 200 milhas náuticas.

Ártico com extensão até o Polo Norte, contemplando a Cordilheira de Lomonosov¹⁴ (FIG. 3). A Noruega logo contestou a área solicitada pela Rússia. Já o Canadá e a Dinamarca comunicaram à CLPC não possuir, ainda, dados de seus levantamentos que possibilitassem concordância com o pleito russo. Os EUA argumentaram que a Cordilheira de Lomonosov tratava-se de uma elevação, não sendo, portanto, parte de nenhuma margem continental, seja ela da Rússia ou de qualquer outro Estado. Consequentemente, a CLPC solicitou à Rússia maiores dados sobre a área, que reapresentou o pleito em 28 de fevereiro de 2013. A Comissão requisitou, novamente, mais informações técnicas sobre o local, as quais foram apresentadas em 03 de agosto de 2015¹⁵ (BYERS, 2013).

Verifica-se então que, em 1982, a CNUDM estabeleceu um marco regulatório referente à exploração dos recursos naturais no leito marinho, provendo regras para o estabelecimento das fronteiras das áreas de exploração do solo e subsolo marinhos de uso exclusivo de determinado Estado, a denominada Plataforma Continental. Essas leis não só possibilitaram a garantia exclusiva da exploração imediata, como a garantia da guarda destes recursos para a exploração futura. A Rússia buscou a garantia de exclusividade de exploração de 102.000 km² de solo e subsolo marinho do Ártico pela ratificação da Convenção em 1997 e pela apresentação do pleito da extensão da sua Plataforma Continental em 2001. As contestações apresentadas pelo Canadá, Dinamarca, EUA e Noruega demonstraram o conflito de interesses pelas reservas de recursos naturais existentes na região.

A postura dos EUA em não ratificar a CNUDM enfraqueceu as suas argumentações em todas as discussões internacionais sobre o Direito do Mar, seja defendendo a extensão da sua Plataforma Continental, seja argumentando contra a extensão da Plataforma

¹⁴ Possui aproximadamente 900 milhas de comprimento, 24 a 108 milhas de largura e altura de 400 a 4000 metros. Canadá e Dinamarca também alegam que esta cordilheira é a continuação das suas margens continentais.

¹⁵ *Submissions, through the Secretary -General of the United Nations, to the Commission on the Limits of the Continental Shelf, pursuant to article 76, paragraph 8, of the United Nations Convention on the Law of the Sea of 10 December 1982.* Disponível em <http://www.un.org/depts/los/clcs_new/commission_submissions.htm>. Acesso em: 26 maio 2016.

de terceiros, como foi no caso da Rússia. A informação apresentada pela USGS, em 2008, confirmando a existência de grandes reservas de hidrocarbonetos na região, elevou a atenção no Ártico contribuindo para a discussão interna nos EUA sobre a necessidade de ratificação da CNUDM com a finalidade de prover uma base legal para a defesa dos interesses estadunidenses.

A próxima seção apresentará as ações realizadas, entre 1996 e 2015, sobre controvérsias no estabelecimento de fronteiras marítimas com foco na disputa pelos recursos naturais.

3.2 As controvérsias nas fronteiras marítimas

Os recursos naturais foram a principal causa dos desentendimentos entre a Rússia e a Noruega, Estado-Membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)¹⁶, no Mar de Barents, uma área rica também em pescados e que atrai o interesse de grandes empresas exploradoras de hidrocarbonetos. Nessa área encontram-se importantes campos de exploração russos, como o Campo Sthokman¹⁷, situado a 350 milhas náuticas da Península de Kola. A área disputada representa 10% do Mar de Barents, aproximadamente 50.000 milhas náuticas quadradas. Em 1999, Noruega e Rússia celebraram um acordo, comprometendo-se a postergar qualquer atividade de exploração de petróleo e gás na área em disputa. A partir de 2007, as negociações foram intensificadas com o início da limitação de fronteiras marítimas além do Mar Territorial, chegando-se a um acordo bilateral¹⁸ em abril de 2010, no qual a área em disputa foi igualmente repartida entres os dois Estados (BYERS, 2013; KLARE, 2012).

¹⁶ Organização que prevê uma defesa coletiva, entre os Estados-Membros, em resposta a um ataque por qualquer entidade externa. Os Estados Unidos da América são membro desta organização.

¹⁷ Quando estiver operando com total capacidade, é esperada uma produção de 2,5 trilhões de pés cúbicos de gás, equivalente ao total produzido pela Indonésia (KLARE, 2012, p. 92)

¹⁸ Acordo assinado, em abril de 2010, pelo Ministro das Relações Exteriores Norueguês, Jonas Gahr Store, e pelo Ministro das Relações Exteriores Russo, Sergey Lavrov. O acordo foi ratificado pelos parlamentos em fevereiro e março de 2011, respectivamente (BYERS, 2013, p.42).

Uma outra região de tensão no Ártico, o Mar de Bering, envolve disputa entre os EUA e a Rússia por uma área de cerca de 15.000 milhas náuticas quadradas. Os EUA compraram o Alasca dos russos em 1867, quando então foi estabelecida uma fronteira marítima, para a qual os dados de limitação não estão claros nos documentos de negociação da época, gerando controvérsias no seu estabelecimento. Em 1990, um acordo, conhecido como *Baker-Shevardnadze*, foi assinado, estabelecendo a utilização mediana das linhas de projeção defendidas por ambos¹⁹. O acordo foi vantajoso para os EUA, pois estabelecia uma maior Zona Econômica Exclusiva (ZEE) estadunidense se comparada à prática internacional neste tipo de disputa que arbitra uma linha equidistante como limite. Com a queda da URSS, a Rússia negou-se a ratificar o acordo, por alegar que o ex-Ministro soviético Shevardnaze, responsável pelas negociações, não havia representado os interesses russos. O acesso às reservas de recursos vivos no Alasca e aos recursos de hidrocarbonetos da região²⁰ está entre as principais causas dos questionamentos russos (BYERS, 2013).

Apesar de ter havido uma tentativa dos EUA em oferecer quotas de pescada para a Rússia, em 1997, com o intuito de se chegar a um acordo, esse ainda não aconteceu. A instabilidade vem aumentando, principalmente devido às ações de barcos pesqueiros russos na região, que atuam em dezenas, no período de abril a novembro, na ZEE estadunidense, estabelecidas pelo acordo de 1990, desafiando aeronaves e navios da Guarda Costeira norte-americana²¹ (KACZYNSKI, 2007).

Os EUA possuem uma outra contenda no estabelecimento de fronteira marítima, dessa vez com o Canadá no Mar de Beaufort. As discordâncias remontam ao ano de 1967, quando os EUA contestaram áreas que estavam sendo concedidas pelo Canadá para a

¹⁹ Os Estados Unidos defendem a utilização da linha geodésica, enquanto os Russos, a linha *rumb* (KACZYNSKI, 2007).

²⁰ Estima-se que o Mar de Bering e o Mar de Chukchi possuam cerca de 24 bilhões de barris de petróleo e 126 trilhões de pés cúbicos de gás natural (KACZYNSKI, 2007).

²¹ No dia 1º de agosto de 1999, o navio da Guarda Costeira dos EUA, CGS “Hamilton”, interceptou o pesqueiro russo “Gissar” por pescar na ZEE estadunidense. Dezenove pesqueiros russos cercaram as duas embarcações impedindo o apresamento do “Gissar”.

Disponível em : <http://www.uscg.mil/history/Chron/Chronology_Aug.asp>. Acesso em: 26 maio 2016.

exploração de petróleo e gás na região. A área disputada possui cerca de 6.250 milhas náuticas quadradas ricas em recursos de hidrocarbonetos. O Canadá defende a utilização de uma linha reta a partir do paralelo de 141°W²², enquanto os EUA defendem a utilização da linha equidistante²³, conforme apresentada na NSPD – 66: “[...] Os Estados Unidos reconhecem que a fronteira nesta área é baseada na equidistância. Os Estados Unidos reconhecem que a área de fronteira pode conter petróleo, gás e outros recursos” (ESTADOS UNIDOS, 2009a, p. 6, tradução nossa²⁴). A questão, ainda, não foi resolvida, mas está a cada dia mais latente, tendo em vista a diminuição das áreas congeladas favorecendo o acesso às reservas de petróleo e gás²⁵, assim como a percepção que a disputa poderá ir além das 200 milhas náuticas, a fim de ampliar a Plataforma Continental destes Estados (BYERS, 2013).

Observa-se que a disputa pela exploração dos recursos naturais possui um papel determinante nas questões envolvendo fronteiras marítimas. A Rússia, por possuir importantes campos no Ártico e com intenção em ampliá-los, busca solucionar suas controvérsias, sem renunciar aos seus interesses, com a finalidade de possuir a segurança jurídica necessária para prosseguir com a exploração. O fato dos Estados envolvendo essas questões com a Rússia serem membros da OTAN é uma importante variável a ser considerada, pois dificulta a elevação das tensões, fato demonstrado na condução da controvérsia no Mar de Barents envolvendo a Noruega. Entretanto, insta mencionar que, se um dos lados desejar usar a força para garantir direitos não acordados, a estabilidade poderá ficar ameaçada, como demonstrado nas reações dos pescadores russos na região em disputa no Mar de Bering contra a Guarda Costeira estadunidense.

²² Por essa definição a fronteira é estabelecida de acordo com a interpretação do Canadá para o Tratado de 1825, entre a Rússia e a Grã-Bretanha, e, posteriormente, herdado pelos Estados Unidos da América, com a compra do Alasca em 1867, e pelo Canadá, com sua independência em 1880 (BYERS, 2013, p. 58-59).

²³ Por essa definição a linha de fronteira é estabelecida por uma distância igual entre a costa dos dois Estados (BYERS, 2013, p.59).

²⁴ No original em inglês: “The United States recognizes a boundary in this area based on equidistance. The United States recognizes that the boundary area may contain oil, natural gas, and other resources.”

²⁵ Em 2010, a Imperial Oil, Exxon Mobil Canadá e a BP estabeleceram um consórcio para explorar petróleo e gás no Mar de Beaufort do lado canadense. Do lado estadunidense, em 2010, a Shell investiu na exploração *offshore* (BYERS, 2013).

Posições contraditórias dos EUA podem ser verificadas nas duas controvérsias envolvendo este Estado, mas que podem ser explicadas pela busca da garantia de obtenção das maiores reservas de recursos naturais. O governo norte-americano propõe na controvérsia envolvendo o Canadá o estabelecimento de uma linha equidistante para resolver a questão da fronteira marítima, enquanto na controvérsia com a Rússia propõe a linha geodésica.

Em seguida, será analisada a importância estratégica dos recursos naturais para os EUA e para Rússia com seus desdobramentos internos e externos.

3.3 A importância dos recursos naturais para os Estados Unidos da América e a Rússia

A exploração de hidrocarbonetos, principal atividade da economia russa, é a mais importante fonte para o financiamento das atividades do governo. O Setor foi responsável por 68% das exportações em 2013²⁶. Grande parte do petróleo e gás provém do oeste da Sibéria, destacando os campos de *Smotlor*, *Urengoy* e *Yamburg*. As reservas desses campos, explorados desde 1960, vêm chegando ao fim o que tem obrigado as empresas russas e seus parceiros ocidentais²⁷ a buscarem novas áreas cada vez mais ao norte. O aquecimento do Ártico vem propiciando uma maior acessibilidade aos recursos da região, mas a exploração continua a ser desafiante, principalmente, pelas temperaturas baixas, as tempestades constantes, a existência de icebergs, de comunidades de nativos e de espécies frágeis às mudanças ambientais. Mesmo assim, as grandes estatais russas, *Grazpron* e *Rosneft*, continuam a avançar sobre novos campos de exploração, dos quais destacam-se: *Prirazlomnoye* na exploração de petróleo; e *Bonanenkovo* e *Shtokman* na exploração de gás natural (FIG. 4) (KLARE, 2012).

A Rússia vem evidenciando, por meio de uma série de ações, a importância estratégica que a exploração dos recursos de hidrocarbonetos no Ártico possui no contexto

²⁶ Disponível em: <<http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=17231>>. Acesso em 10 jun. 2016.

²⁷ Parcerias foram firmadas entre a estatal russa *Rosneft* e as empresas *BP* e *Exxon* em 2011. Os acordos foram firmados prevendo o acesso destas empresas aos campos de exploração em território russo (Campos de Kara, no Mar de Barents) em troca de tecnologia (KLARE, 2012, p.89).

nacional. Um fato marcante ocorreu em 2007, quando em uma expedição científica russos colocaram uma bandeira no leito marinho, exatamente no Polo Norte, área pleiteada na extensão da Plataforma Continental, causando reações dos Estados do Conselho do Ártico²⁸ (FIG 5). Em setembro de 2008, o Presidente da Rússia, Dmitry Medvedev (2008-2012), durante a Reunião do Conselho de Segurança Russo, destacou a tarefa de transformar o Ártico na base de recursos no século XXI²⁹. Nesse mesmo mês, foi divulgado pelo governo o documento “Fundamentos da Política de Estado da Federação da Rússia no Ártico até 2020 e Perspectivas Futuras” que destaca o Ártico como uma fonte de recursos naturais estratégica para o Estado, tornando o seu futuro diretamente correlacionado com o setor de energia e o desenvolvimento do transporte e infraestrutura da região. Em 2013, um novo documento é divulgado: “Estratégia da Federação da Rússia para o Desenvolvimento da Zona do Ártico e de Segurança Nacional até 2020”, enfatizando a proteção dos interesses na região, com destaque para o Mar de Kara e Barents, assim como a Península de Yamal, por serem importantes áreas de exploração de hidrocarbonetos (DODDS; NUTTAL, 2016).

Os EUA exploram a região norte do Alasca desde 1977, com a construção da *Trans-Alasca Pipeline System* que transporta o petróleo das águas gélidas da *Prudhoe Bay* para o porto de *Valdez*, já no Oceano Pacífico. Contudo, o declínio da produção nessa área tem levado as grandes companhias a buscarem outros campos de exploração. Em 1998, a USGS divulgou a existência de e 5.7 a 16 bilhões de barris de petróleo³⁰, na *Arctic National Wildlife Refuge* (ANWR)³¹, região localizada a leste da *Prudhoe Bay* (FIG. 6). No ANWR observa-se a disputa entre a indústria e grupos ambientalistas. Representantes do Partido

²⁸ Em maio de 2008, com a finalidade de acalmar os ânimos e afastar qualquer possibilidade de sugestão de aplicabilidade de um “Tratado da Antártica para a Região”, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Noruega e Rússia assinaram o Acordo de Ilulissat, o qual estabelece que todos os conflitos envolvendo direitos de soberania serão resolvidos de acordo com o estabelecido na CNUDM (DODDS;NUTTAL, 2016).

²⁹ Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/1433>>. Acesso em: 26 maio 2016.

³⁰ Esse total representa um aumento de 37% das reservas dos Estados Unidos da América (KLARE, 2012).

³¹ Uma região de proteção da vida selvagem criada em 1980 pelo Congresso estadunidense. No ato de criação foi estabelecida a área litorânea 1002 (1.5 milhões de acres) possível de ser explorada no futuro, caso houvesse a confirmação de reservas de petróleo (KLARE, 2012).

Republicano, nativos *Inupiat* e grupos de trabalhadores apoiam as indústrias argumentando sobre os benefícios econômicos, além da diminuição da dependência externa para a obtenção de petróleo impactando diretamente na Segurança Nacional. Tais argumentações ganharam força após os ataques de 11 de setembro de 2001. Do lado dos ambientalistas, estão representantes do Partido Democrata, grupos não-governamentais como o *Greenpeace* e nativos *Gwich'in* que habitam a parte sul da ANWR, os quais defendem a manutenção da região como uma reserva ambiental (DODDS;NUTTAL, 2016; KLARE, 2012).

Com as disputas na ANWR, as companhias de petróleo buscaram outras opções na região, como a *National Petroleum Reserve in Alaska* (NPRA)³², localizada a oeste da *Prudhoe Bay*. Apesar de alguns protestos de ambientalistas, pressões domésticas para a diminuição da dependência de importação de petróleo levaram o Presidente Obama a iniciar concessões para exploração da região em maio de 2011 (KLARE, 2012).

Outras importantes áreas de exploração para os EUA são o Mar de Beaufort e o Mar de Chukchi³³. Durante o governo Clinton (1993-2001) e o governo Bush (2001-2009), houve várias concessões para a exploração dessas águas. Em 2008, concessões envolvendo o Mar de Chukchi atraíram investimentos de cerca de US\$ 3,4 bilhões, enquanto que no Mar de Beaufort, a BP, umas das grandes empresas de exploração *offshore*, destacou-se pela construção de ilhas artificiais em águas rasas (KLARE, 2012).

Episódios envolvendo problemas ambientais e disputas domésticas têm gerado instabilidade na regulação da exploração *offshore* no Alasca, como, por exemplo, a interrupção por um período de seis meses determinada pelo governo Obama, em 2010, logo após a explosão da plataforma *Deepwater Horizon*, no Golfo do México, e o estabelecimento

³² Área anteriormente conhecida como *Naval Petroleum Reserve Number 4*, criada em 1923 como futura fonte de combustível para a *U.S Navy* que estava convertendo a propulsão dos seus navios de carvão para petróleo (KLARE, 2012).

³³ São responsáveis por 27.7 bilhões de barris de petróleo, equivalente às reservas originais de *Prudhoe Bay* e superior às reservas estimadas da ANWR (KLARE, 2012).

de áreas de proibição de exploração³⁴ em janeiro de 2015. Tal instabilidade levou a empresa Shell a cancelar toda a exploração *offshore* no Alasca a partir de setembro de 2015³⁵ (DODDS; NUTTAL, 2016).

Apesar da controvérsia interna quanto à exploração, a necessidade de assegurar as reservas é fator de convergência de opiniões. O interesse estadunidense nos recursos naturais do Ártico foram formalizados na NSPD - 66:

Definir claramente no Ártico a área do leito marinho e do seu subsolo, nos quais os Estados Unidos possuem direitos sobre os recursos naturais, tais como, petróleo, gás natural, hidrato de metano, minerais e espécies marinhas é fundamental para os nossos interesses nacionais quanto à segurança energética [...] (ESTADOS UNIDOS, 2009a, p. 4-5, tradução nossa³⁶).

A partir desse documento, a *“National Strategy for the Arctic Region”* foi publicada em 2013, destacando os recursos naturais do Ártico como componentes críticos na segurança energética dos EUA e, por conseguinte, da segurança nacional (ESTADOS UNIDOS, 2013a).

Diante do exposto, não seria exagero em considerar o Ártico como vital para o futuro da Rússia, como descrito na *“Fundamentos da Política de Estado da Federação da Rússia no Ártico até 2020 e Perspectivas Futuras”*. O Estado é dependente dos recursos naturais e identifica o Ártico como a garantia de sustentabilidade a longo prazo. Observa-se que o caminho para o norte se torna convidativo, com os antigos campos de exploração esgotando-se e novas oportunidades surgindo na região. Cabe ressaltar que o fato das empresas exploradoras de petróleo na Rússia, a Gazprom e a Rosneft, serem estatais as tornam alinhadas com as diretrizes estabelecidas pelo Kremlin, o qual tem deixado evidente nos

³⁴ Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2015/01/28/us/obama-plan-calls-for-oil-and-gas-drilling-in-the-atlantic.html>>. Acesso em: 20 maio 2016.

³⁵ Disponível em: <<http://www.shell.com/media/news-and-media-releases/2015/shell-updates-on-alaska-exploration.html>>. Acesso em: 30 maio 2016.

³⁶ No original em inglês: *“Defining with certainty the area of the Arctic seabed and subsoil in which the United States may exercise its sovereign rights over natural, and living marine species is critical to our national interests in energy security [...]”*.

documentos de alto nível do Estado a importância estratégica dos recursos naturais no Ártico.

Os EUA apresentaram, no período pesquisado, um embate interno quanto a exploração ou não da região. Observa-se os dois principais partidos políticos em lados opostos, demonstrando uma divisão de opiniões. Contudo, constata-se também, uma unidade de pensamento quanto a importância estratégica dos recursos naturais da região. Os EUA ainda são dependentes da importação de hidrocarbonetos, tornando-os vulneráveis às incertezas do mercado internacional, o que impacta diretamente com a segurança nacional. Assim sendo, o Estado é pressionado a garantir uma maior segurança energética, dentre outras formas, buscando novas reservas, como, por exemplo, as descobertas no Ártico.

A próxima seção apresentará as conclusões sobre as ações dos EUA e Rússia relacionadas às disputas por recursos naturais.

3.4 Conclusões Parciais

Verificou-se neste capítulo que a Rússia empreendeu ações mais enfáticas que os EUA, buscando a ampliação de suas reservas de recursos naturais no Ártico. Empenhou-se para garantir uma extensão de 102.000 km² da sua Plataforma Continental na região, por meio do reconhecimento internacional, com a ratificação da CNUDM e apresentação à CLPC de dados técnicos, quanto pela ação de presença, como a realizada em 2007 com a expedição científica responsável pela colocação da bandeira russa no Polo Norte. A solução de controvérsias de outros limites marítimos também pode ser destacada com o acordo com a Noruega na questão no Mar de Barents e com o posicionamento firme diante os EUA ao negar a ratificação do acordo de 1990, referente à questão do Mar de Bering.

A importância estratégica para o futuro do Estado está descrita nos documentos oficiais elaborados neste período, como o “Fundamentos da Política de Estado da Federação

da Rússia no Ártico até 2020 e Perspectivas Futuras”, elaborado em 2008 e na “Estratégia da Federação da Rússia para o Desenvolvimento da Zona do Ártico e de Segurança Nacional até 2020”, elaborado em 2013.

OS EUA iniciaram o período sem apresentar grandes ambições na região, contudo, observa-se que com o avanço dos interesses russos e a divulgação de estudos científicos demonstrando a existência de importantes reservas de recursos naturais, essa postura foi alterada. A opção pela não ratificação da CNUDM foi questionada pelo Poder Executivo, que registrou sua posição em documentos que ressaltaram a importância estratégica da região, entre esses, a NSPD - 66, de 2009, e a *National Strategy for the Arctic Region*, de 2013, destacando a possibilidade de extensão da Plataforma Continental ao norte do Alasca. Ressalta-se, ainda, o questionamento realizado pelos EUA diante o pleito da extensão da Plataforma Continental russa. Finalmente, referente às controvérsias entre os limites marítimos com o Canadá e com a Rússia, o governo norte-americano vem conduzindo as discussões utilizando abordagens técnicas diferentes e favoráveis a seus interesses próprios.

Com base na análise da Teoria Realista e nas evidências selecionadas na literatura e em documentos oficiais, verifica-se que os EUA e a Rússia, entre 1996 e 2015, empreenderam ações com a finalidade de aumentar as suas reservas naturais no Ártico, porém o fizeram com lógicas distintas. Os EUA por sua dependência energética e a Rússia por sua dependência econômica. Sendo tais recursos um dos elementos constitutivo do Poder Nacional, pode-se afirmar sobre este aspecto que ambos conduziram suas políticas de acordo com a Teoria Realista.

4 A DISPUTA PELAS ROTAS MARÍTIMAS

Neste capítulo serão discutidas as ações dos EUA e da Rússia no Ártico, entre 1996 e 2015, com enfoque na geografia, a qual, segundo Morgenthau (2003), é um elemento constitutivo do Poder Nacional, corroborando para a validação da hipótese ou não desta pesquisa. Será realizada, também, uma análise da participação deste elemento no aumento da importância geopolítica da região.

O capítulo será dividido em três seções, duas abordando as Rotas Marítimas Norte e Noroeste e uma que contemplará algumas conclusões parciais (FIG. 7). A relação das rotas marítimas do Ártico com o elemento constitutivo Geografia é fundamentada pela alegação dos russos e canadenses que essas são parte de suas águas interiores³⁷, sendo, portanto parte de seu território. Deve-se ressaltar, ainda, que Morgenthau (2003) esclarece que na Teoria Realista o poder significa o controle que os homens têm sobre as ações e mentes de outros homens. O autor comenta ainda que

Sejam quais forem os objetivos materiais de uma política externa, tais como a aquisição de fontes de matérias-primas, o controle de rotas marítimas ou mudanças territoriais, eles sempre acarretam o controle das ações de outros mediante a influência sobre a sua mente (MORGENTHAU, 2003, p. 57).

Portanto, nesse contexto, justifica-se a consideração da relação das rotas marítimas norte e noroeste do Ártico com os territórios dos Estados supramencionados e, por sua vez, com o elemento constitutivo do Poder Nacional: a Geografia.

A primeira seção fará uma análise das ações dos EUA e da Rússia envolvendo a Rota Marítima Norte.

³⁷ São as águas situadas no interior da linha de base do Mar Territorial. A linha de base pode ser normal ou reta. A primeira representa a linha de baixa-mar ao longo da costa, a segunda é a linha que liga pontos próximos em locais em que a costa apresenta recortes profundos e reentrâncias ou que exista uma franja de ilhas. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cursos/csup/CNUDM.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2016.

4.1 A Rota Marítima Norte

A Rota Marítima Norte (NSR³⁸, na sigla em inglês), como conhecida pelos russos, também já foi conhecida como a Rota Marítima Nordeste. Ela conecta o norte da Europa ao nordeste da Ásia e Noroeste da América do Norte representando uma economia de quarenta por cento na distância navegada, se comparada à navegação tradicional que utiliza o Canal de Suez ou o Canal do Panamá ³⁹(TAB. 1, ANEXO H). Essa rota foi utilizada em situações muito específicas pela URSS, durante a Guerra Fria, sendo aberta pela primeira vez para navios estrangeiros em 1991⁴⁰ (BYERS, 2013).

Conforme versado no capítulo três, o aquecimento da região e o consequente aumento do degelo facilitaram o acesso às rotas árticas. Entre os anos de 2013 e 2015, foi observado o trânsito de cerca 4 milhões de toneladas, por ano, na NSR, notando-se um incremento do trânsito de navios entre portos russos ⁴¹(TAB. 2, ANEXO I) (BYERS, 2013; DODDS; NUTTAL, 2016).

Duas pesquisas importantes foram realizadas visando analisar a viabilidade econômica da rota. A primeira foi desenvolvida pela *International Northern Sea Route Program* (INSROP), um projeto russo, japonês e norueguês, entre os anos de 1993 e 1999, a qual concluiu que o uso comercial da rota seria exequível necessitando, contudo, de investimento em tecnologia, infraestrutura e regulação para torná-la competitiva com as rotas tradicionais que passam pelo Canal de Suez e Canal do Panamá. Uma segunda pesquisa, conhecida como *Arctic Operational Platform*, foi financiada pela Comissão Europeia⁴², entre

³⁸ *Northern Sea Route*.

³⁹ Disponível em: <<http://www.fni.no/insrop/#Overview>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

⁴⁰ O navio *Astrolabe*, de bandeira francesa, foi o primeiro navio não soviético a atravessar a Rota Marítima Norte (BYERS, 2013).

⁴¹ Disponível em: <<http://barentsobserver.com/en/arctic/2015/10/northern-sea-route-focus-domestic-projects-17-10>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

⁴² É o órgão executivo que defende os interesses gerais da União Europeia. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/about-eu/institutions-bodies/european-commission_pt>. Acesso em: 10 jun. 2016.

2002 e 2006, e concluiu que o transporte de petróleo e gás na NSR é tecnologicamente possível e economicamente viável⁴³. Isso posto, o então Primeiro-Ministro russo, Vladimir Putin (2008-2012), em setembro de 2011, expressou publicamente a intenção de torná-la uma rota comercial chave com importância global e capaz de competir com as rotas tradicionais em custo, segurança e qualidade⁴⁴ (BYERS, 2013 ;SAKHUJA, 2010)

A Rússia considera os estreitos conhecidos como *Vil'kistskii, Shokal'sskii, Dmitrii Laptev e Sanniov* da NSR como águas interiores, ou seja, como parte do seu território, estando, portanto, sujeito unicamente às suas leis. Cabe ressaltar que fruto de suas articulações com o Canadá, conseguiu lograr êxito na inclusão do Artigo 234⁴⁵ na CNUDM, o qual prevê que em prol da prevenção, redução e controle da poluição em áreas marítimas cobertas por gelo, os Estados costeiros podem estabelecer regras para o trânsito na sua ZEE, provendo com isto o suporte legal para o controle do trânsito não somente para os trechos considerados como águas interiores, como também em toda a rota marítima (BYERS, 2013).

A NSR é importante para a Rússia por apoiar interesses econômicos, militares e científicos. Economicamente destaca-se pelo transporte dos recursos naturais russos do Ártico para o mercado internacional, assim como pela cobrança de elevadas tarifas para o trânsito de terceiros. Nos campos militar e científico possibilita o apoio a instalações existentes na região. O Estado, para viabilizar a exploração deste potencial, buscou desenvolver uma infraestrutura de apoio, incluindo portos, centros de busca e salvamento, procedimentos de controle de vazamento de poluentes e apoio com navios quebra-gelo. Ainda dentro desse pacote de medidas, o governo da russo criou, em março de 2013, o órgão federal *Northern Sea Route Administration* (NSRA), subordinado ao Ministério dos Transportes, responsável por administrar a rota⁴⁶ (KÄPYLÄ; MIKKOLA, 2013; SAKHUJA, 2010).

⁴³ Disponível em: <<http://www.transport-research.info/project/arctic-operational-platform>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

⁴⁴ Disponível em: <<http://archive.premier.gov.ru/eng/events/news/16536/>>. Acesso em: em 09 jun 2016.

⁴⁵ Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cursos/csup/CNUDM.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.nsr.ru/en/celi_funktsii/>. Acesso em: 03 jun. 2016.

Conforme cita o documento russo “Fundamentos da Política de Estado da Federação da Rússia no Ártico até 2020 e Perspectivas Futuras”, todas essas medidas visam o

Uso da Rota Marítima Norte como uma via de comunicação nacional integrada da Federação da Rússia no Ártico [...] organizar o uso da Rota Marítima Norte para o transporte internacional sob a jurisdição da Federação da Rússia e em conformidade com os tratados internacionais da Federação da Rússia (RÚSSIA, 2008, tradução nossa⁴⁷).

Em contrapartida, os EUA alegam que os estreitos da NSR são internacionais. Esse debate foi iniciado, em 1963, quando então o navio quebra-gelo da Guarda Costeira estadunidense *Northwind* navegou pela rota, levando a URSS a enviar uma nota diplomática à embaixada dos EUA, em Moscou, quanto à necessidade de uma prévia autorização do governo soviético para navegar em suas águas interiores. Os EUA responderam, em junho de 1965, informando que estavam navegando em estreitos internacionais e, portanto, não havia a necessidade de solicitar autorização. Essa posição foi reafirmada na NSPD – 66, em 2009, que menciona a manutenção da liberdade dos oceanos e o direito da livre navegação e do sobrevoo nos estreitos marítimos internacionais incluídos na NSR como uma das prioridades do governo. Esse posicionamento, no entanto, é pouco sustentável, pois os EUA não ratificaram a CNUDM, fato criticado pelo governo Obama (2009 -), na *National Strategy for the Arctic Region*, em 2013, que ressaltou a importância da sua ratificação (BYERS, 2013; ESTADOS UNIDOS, 2009a; ESTADOS UNIDOS, 2013a).

Em síntese, pode-se, então, constatar que a mudança climática no Ártico tem tornado a exploração econômica da Rota Marítima Norte exequível. Contudo, para tornar seu uso competitivo com as tradicionais rotas do Canal de Suez e do Canal do Panamá, são necessários investimentos em infraestrutura. Cabe ressaltar que o redirecionamento de parcela

⁴⁷ No original em russo: “использование Северного морского пути в качестве национальной единой транспортной коммуникации Российской Федерации в Арктике [...] использовании Северного морского пути для международного судоходства в рамках юрисдикции Российской Федерации и в соответствии с международными договорами Российской Федерации.”

do tráfego marítimo mundial para essa rota, ainda incipiente, tem ocasionado o aumento da importância geopolítica da região.

A NSR é importante economicamente e militarmente para a Rússia. Economicamente, pois representa o canal de escoamento dos recursos naturais, cada vez mais explorados na região, conforme foi abordado no capítulo três, assim como um meio de arrecadação obtida com as taxas cobradas para os navios em trânsito. Militarmente, pois possibilita o deslocamento dos meios militares entre os dois extremos do Estado, bem como, a realização de apoio logístico para as bases militares instaladas na região. O posicionamento russo em considerar trechos da rota marítima como águas interiores, presume a aplicabilidade exclusiva de suas leis nessas áreas. Os investimentos realizados pelo Estado em infraestrutura, com destaque para a criação da NSRA, em 2013, e a crescente utilização da rota para o transporte de recursos naturais explorados na região, demonstra a determinação do Estado em transformá-la em uma via de comunicação nacional integrada no Ártico, assim como uma importante via do transporte internacional sobre o controle russo.

Os EUA se opõem aos planos da Rússia em obter o controle da NSR e alegam que seus estreitos são internacionais. Essa postura reflete a política estadunidense em garantir o livre acesso e trânsito para seus meios nos mares ao redor do globo, com impacto no campo econômico e militar. Seus argumentos no cenário internacional mostram-se enfraquecidos pela não ratificação da CNUDM, acarretando discussões internas sobre o tema.

Na próxima seção será analisada a Passagem Noroeste e a postura dos EUA e da Rússia diante as controvérsias que a envolvem.

4.2 A Passagem Noroeste

A Passagem Noroeste consiste em um conjunto de rotas marítimas delineadas por

ilhas localizadas ao norte do Canadá que conectam o norte da Europa ao nordeste da Ásia e Noroeste da América do Norte, representando uma economia de 6.500 milhas náuticas se comparada com a tradicional rota que utiliza o Canal do Panamá. Devido ao aquecimento da região e conseqüente degelo das rotas marítimas, o número de navios que utilizam a Passagem vem aumentando desde 2007 (TAB. 3, ANEXO J) (BYERS, 2013; CHIRCOP, 2009).

As ilhas que compreendem as águas que formam a Passagem foram transferidas pelo Reino Unido para o Canadá em 1880. Enquanto a região encontrava-se impenetrável pela presença constante do gelo, o controle dessas águas não foi debatido. Somente com o advento do aquecimento do Ártico e com a construção de potentes navios quebra-gelo essa discussão foi iniciada. Nesse contexto, em 1985, a empresa estadunidense Exxon realizou um estudo de viabilidade de utilização comercial da Passagem, empregando o Petroleiro *SS Manhattan*, o qual conseguiu realizar a travessia com dificuldades. Esse episódio foi marcado por um debate entre os EUA e Canadá, sobre a necessidade de ser solicitada autorização formal para o trânsito. No mesmo ano, o governo canadense divulgou as linhas de base ao redor das suas ilhas ao norte, demarcando as águas consideradas como interiores, utilizando como argumentação a ocupação de milhares de anos pelos nativos *Inuit*⁴⁸, os quais haviam transferido seus direitos para o Canadá. Em 1986, os EUA protestaram contra as linhas de base adotadas, pois afetariam o direito de navegação de acordo com o Direito Internacional. Os dois Estados assinaram, em 1988, o *Arctic Cooperation Agreement*, que previa o trânsito de navios quebra-gelo dos EUA, que estariam, previamente, autorizados pelo governo canadense a navegar pela região sem, contudo, afetar as posições oficiais de ambos Estados sobre o controle daquelas águas (BYERS, 2013).

O ataque terrorista⁴⁹ de 11 de setembro de 2001⁵⁰ iniciou uma discussão interna nos EUA sobre a Passagem Noroeste. O receio da utilização das rotas marítimas por grupos

⁴⁸ Habitam a região norte do Canadá, sendo um dos três povos aborígenes do Canadá. Sua origem remonta a 4.000 anos atrás. Durante séculos, foram chamados de “esquimós”. Disponível em: <http://www.canadainternational.gc.ca/brazil-bresil/about_a-propos/inuit.aspx?lang=por>. Acesso em: 10 jun. 2016.

terroristas levou o embaixador estadunidense no Canadá, em 2004, a solicitar ao Departamento de Estado dos EUA a reexaminar a posição sobre a questão. Sob a ótica do embaixador, o controle da Passagem Noroeste seria melhor exercido com utilização das leis canadenses se comparada às frágeis leis de controle atinentes aos estreitos internacionais. A Marinha dos EUA mostrou-se preocupada com a repercussão de um possível reconhecimento da posição do Canadá, pois poderia criar um precedente para outras controvérsias quanto à existência de estreitos internacionais envolvendo os EUA, entre elas, a Rota Marítima Norte reclamada pela Rússia. A posição de se contrapor ao pleito do Canadá prevaleceu e foi divulgada pela NSPD – 66 em 2009, onde o Estado considerava a Passagem Noroeste como um estreito internacional e que exercitaria os direitos e deveres relativos ao trânsito nessa área a fim de corroborar com o posicionamento adotado em situações similares ao redor do mundo (BYERS, 2013; ESTADOS UNIDOS, 2009a).

A URSS, apesar de possuir uma posição similar ao Canadá em relação aos estreitos no Ártico, observou quase um absoluto silêncio a respeito do tema, devido ao fato de estarem em lados opostos durante a Guerra Fria. Observa-se uma alteração de perfil com a Rússia assumindo o papel da URSS. Em 1996, a Rússia aceitou fazer parte do Conselho do Ártico, demonstrando o interesse em participar de fóruns de discussão. Em 2009, houve um encontro em Moscou, onde Alan Kassel, Conselheiro Jurídico do Ministério das Relações Exteriores do Canadá, encontrou-se com seu contraparte russo, Roman Kolodkin, e assumiram oficialmente que ambos Estados possuíam grandes similaridades nas suas posições quanto à Rota Marítima Norte e à Passagem Noroeste (BYERS, 2013).

Dado o argumento, pode-se, então, constatar que, assim como a NSR, a Passagem

⁴⁹ Nesta pesquisa será considerado como terrorismo “a forma de ação que consiste no emprego da violência física ou psicológica, de forma premeditada, por indivíduos ou grupos, apoiados ou não por Estados, com o intuito de coagir um governo, uma autoridade, um indivíduo, um grupo ou mesmo toda a população a adotar determinado comportamento. É motivado e organizado por razões políticas, ideológicas, econômicas, ambientais, religiosas ou psicossociais” (BRASIL, 2015).

⁵⁰ Ataques contra os edifícios *World Trade Center*, em *New York*, e contra o Pentágono, em Washington, no dia 11 de setembro de 2001, deixando 2.973 mortos (BLAYNEY, 2011).

Noroeste ganhou uma maior relevância geopolítica fruto do aumento do número de navios transitando na área, ocasionado pela maior acessibilidade gerada pelo aquecimento da região. A sua importância econômica é demonstrada pelas menores distâncias que oferece entre o norte da Europa ao nordeste da Ásia e noroeste da América do Norte.

Os EUA não reconhecem a alegação do Canadá que a Passagem Noroeste faz parte de suas águas interiores. Essa posição de desconforto entre os dois Estados-Membros da OTAN e grandes parceiros econômicos⁵¹, manteve-se inalterada até 2001, quando então iniciou uma discussão interna sobre o assunto. O reconhecimento da alegação canadense daria àquele Estado aliado a possibilidade de exercer maior controle sobre a região, protegendo, dessa forma, o perímetro setentrional da América do Norte. O *status* do Canadá como aliado, garantiria aos EUA o livre trânsito para o seu comércio e meios militares na região, contudo, este reconhecimento poderia abrir um precedente e enfraquecer a postura estadunidense quanto ao reconhecimento de outros estreitos internacionais ao redor do globo, tal como, a NSR. A NSPD – 66 em 2009, e a “*National Strategy for the Arctic Region*” em 2013, deixaram claras a posição do governo quanto a questão, ou seja, os EUA mantêm a opinião que a Passagem Noroeste trata-se de um estreito internacional.

Por sua vez, a Rússia possui interesse em apoiar a posição do Canadá, pois essa postura favorece diretamente o seu pleito quanto à NSR. Apesar da dificuldade de se obter uma aliança oficial entre os dois Estados, devido ao Canadá ser um aliado dos EUA⁵², foi observado um sinal de uma possível aproximação, em 2009, quando houve o reconhecimento do governo russo e do governo canadense quanto à similaridade de suas reivindicações afetas à NSR e à Passagem Noroeste. A Rússia com esta atitude, associada com discursos do então Primeiro-Ministro, Vladimir Putin, que pregaram a necessidade de apoio mútuo no Ártico, demonstrou que estabelecer alianças, mesmo que frágeis, faz parte do seu planejamento para

⁵¹ O Canadá foi o principal mercado para as exportações do EUA e o segundo maior para as importações em 2015. Disponível em: <<https://ustr.gov/countries-regions/americas/canada>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

⁵² Ambos são Estados-Membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natohq/nato_countries.htm>. Acesso em: 12 jun. 2016.

proteger seus interesses naquela região.

Em seguida, serão apresentadas as conclusões sobre as ações dos EUA e Rússia envolvendo os estreitos no Ártico.

4.3 Conclusões Parciais

É possível observar que a Rota Marítima Norte e a Passagem Noroeste apresentam vantagem significativa quanto ao quesito distância, se comparadas às rotas marítimas que utilizam o Canal de Suez ou Canal do Panamá. A exploração dessas rotas no Ártico, cada vez mais acessíveis devido ao aquecimento na região, depende, ainda, de uma maior infraestrutura de apoio. As previsões de investimentos e do continuado degelo da região abrem espaço para o deslocamento de parcela do tráfego marítimo mundial para o Ártico com o consequente aumento de sua importância geopolítica.

A alegação da Rússia que trechos da NSR são águas interiores reflete o seu anseio em controlar essa área que possui grande importância no aspecto econômico e militar. Quanto ao primeiro aspecto, facilita o escoamento dos recursos naturais explorados no Ártico e cria a oportunidade de obter ganhos com a cobrança de taxas de navios em trânsito. Quanto ao segundo, a rota significa a possibilidade de desdobramentos de Forças Militares entre os dois extremos do Estado, assim como possibilita o apoio logístico às bases militares na região. No período analisado pelo presente trabalho, foram observados investimentos russos na infraestrutura da rota, culminando com a criação da *Northern Sea Route Administration*, em 2013, demonstrando ações concretas da Rússia em manter a NSR como parte do seu território. Dentro desse contexto, a Passagem Noroeste representa para os russos a possibilidade de formar uma aliança com um ator de peso na região, o Canadá. A similaridade entre os pleitos dos dois Estados favorece a política da Rússia em procurar estabelecer alianças com a

finalidade de defender os seus interesses na região.

Os EUA, no período da pesquisa, mantiveram uma postura bem clara quanto ao direito de navegação nas rotas do Ártico, considerando-as como estreitos internacionais. Essa posição reflete a importância para o governo norte-americano em manter o livre acesso a essas rotas para o seu comércio exterior, assim como para os seus meios militares. A preocupação interna com acesso da Passagem Noroeste por elementos hostis que pudessem ameaçar a segurança nacional surgiu após os atentados de 11 de setembro de 2001, levando inclusive à posições favoráveis em apoiar o Canadá no seu pleito em reivindicar a área como parte de suas águas interiores. Contudo, a possibilidade de ser criado um precedente que pudesse favorecer, principalmente, o pleito russo quanto à NSR, manteve os EUA na sua postura tradicional de considerar a Passagem Noroeste como estreito internacional. Por fim, cabe ressaltar, que a não ratificação da CNUDM enfraquece a argumentação dos estadunidenses.

Com as evidências analisadas no decorrer do capítulo, verificou-se que a Rússia e os EUA, entre 1996 e 2015, empreenderam ações visando ampliar o elemento constitutivo do Poder Nacional, a Geografia. Pode-se então afirmar que sobre esse aspecto ambos conduziram suas políticas de acordo com a Teoria Realista.

5 A PRESENÇA MILITAR

Um dos elementos constitutivos do Poder Nacional, segundo Morgenthau (2003), é o Grau de Preparação Militar⁵³, responsável por apoiar diretamente as políticas externas do Estado. Essa preparação deve ser analisada verificando-se os aspectos da tecnologia, liderança, quantidade e qualidade das Forças Armadas. No decorrer deste capítulo, serão analisadas as ações dos EUA e da Rússia no Ártico, entre 1996 e 2015, com enfoque nas alterações realizadas nesse grau de preparação com a finalidade de contribuir para a validação da hipótese desta pesquisa, assim como demonstrar que a sua variação reflete na alteração da importância geopolítica da região. Para tal, este bloco foi dividido em três seções, as duas primeiras abordarão aspectos dos Estados e a última, as conclusões parciais.

A primeira seção irá abordar alterações que ocorreram no Grau de Preparação Militar dos EUA no Ártico, conforme será visto a seguir.

5.1 O Grau de Preparação Militar dos Estados Unidos da América no Ártico

Segundo Dodds e Nutaal (2016, p. 65, tradução nossa⁵⁴) “O Ártico, durante a Guerra Fria, era considerado um lugar com possibilidade de ocorrência de hostilidades e invasões [...]”. Dessa forma, os EUA instalaram bases militares para servir como apoio para bombardeiros, algumas com possibilidades de lançamentos de mísseis de longo alcance, e posicionaram submarinos nucleares abaixo da calota polar. Além das bases militares instaladas no Alasca, cabe ressaltar a instalação da Base Aérea de *Thule*, no norte da Groelândia, e da Base Aeronaval de *Keflavik*, na Islândia. Com a dissolução da URSS, em 1991, diminuiu a importância geoestratégica do Ártico para os EUA. Em 1998, a “*National*

⁵³ A expressão Capacidade Militar, previsto no Glossário das Forças Armadas (2015), possui definição similar ao Grau de Preparação Militar.

⁵⁴ No original em inglês: “The Arctic in the Cold War was considered a place of potential hostility and possible invasion [...]”.

Security Strategy”, ao mencionar o Ártico, expressou apenas a preocupação com a poluição da região com material nuclear proveniente da Rússia. Como consequência desse baixo interesse, houve uma diminuição das atividades militares a partir de então, culminando com a desativação da Base Aeronaval de *Keflavik* em setembro de 2006. (CONLEY; KRAUT, 2010; DODDS; NUTTAL, 2016; ESTADOS UNIDOS, 1998).

Com o passar do tempo, alguns acontecimentos foram contribuindo para uma alteração de postura dos EUA. A mudança climática, favorecendo o acesso às rotas marítimas, a divulgação pela Rússia do documento “Fundamentos da Política de Estado da Federação da Rússia no Ártico até 2020 e Perspectivas Futuras” e a divulgação dos dados do USGS sobre as reservas de hidrocarbonetos, ambas em 2008, levaram os EUA a saírem da inércia e voltarem suas atenções para a região (KÄPYLA; MIKOLA, 2013).

Em 2009, a NSPD – 66 marcou o retorno da preocupação dos EUA com o seu Grau de Preparação Militar no Ártico. Nesse documento, expressou que havia interesses nacionais na área, tais como o sistema de defesa de mísseis e de alarme antecipado, dissuasão estratégica, presença marítima e a garantia da liberdade de navegação e sobrevoo, afirmando que o Estado estaria preparado para operar independentemente ou com o apoio de seus aliados a fim de salvaguardar tais interesses. Como consequência, em março do mesmo ano, o *Chief of Naval Operations*⁵⁵ (CNO) determinou a criação da *Task Force Climate Change*⁵⁶ (TFCC), responsável por desenvolver planos e recomendações para futuros investimentos, visando adaptar a Marinha às mudanças climáticas. Em outubro, foi divulgado o *U.S Navy Arctic Roadmap*, desenvolvido pela TFCC, que destacou a responsabilidade daquela Força no Ártico por ser esse um ambiente, predominantemente, marítimo. Foi descrito um plano para ser realizado, entre 2010 e 2014, prevendo a realização de operações e adestramentos, assim como estudos que viabilizassem investimentos em armamento, plataformas, sensores e

⁵⁵ Equivalente ao Comandante da Marinha no Brasil.

⁵⁶ Disponível em: <<http://greenfleet.dodlive.mil/climate-change/>>. Acesso em 20 jun. 2016.

equipamentos para comunicações e inteligência (ESTADOS UNIDOS, 2009a; ESTADOS UNIDOS, 2009b).

Em 2010, a “*National Security Strategy*” mencionou, pela primeira vez desde o fim da Guerra Fria, que os EUA possuíam fundamentais interesses no Ártico. No mesmo ano, o Congresso solicitou ao Departamento de Defesa informação sobre as condições do grau de preparação militar estadunidense na região⁵⁷. Na sua resposta, em maio de 2011, o Departamento de Defesa participou que operações estavam sendo realizadas para manter o adestramento das Forças, tais como a *Nanook*⁵⁸, com o Canadá, e a *Cold Response*⁵⁹, com a Noruega. Foi destacado também o trabalho desenvolvido pelo *The North American Aerospace Defense Command* (NORAD), um Comando Combinado entre os EUA e o Canadá responsável pelo alarme e controle dos espaços aéreos e alarme das áreas marítimas na parte setentrional da América do Norte, assim como a dos Comandos Unificados⁶⁰, *United States Northern Command* (USNORTHCOM) e *United States European Command* (USEUCOM), responsáveis pelo comando e controle das operações militares no Ártico. Alguns problemas foram apontados, tais como navios da Marinha não preparados para operar na área, degradação dos equipamentos de comunicação e da operação do *Global Position System* (GPS), assim como a falta de cartas náuticas com o detalhamento de profundidade e espessura do gelo, dados importantes para a navegação. Foi destacado, ainda, que a quantidade reduzida de navios quebra-gelo⁶¹, no inventário da *U.S Coast Guard*, necessitava ser reavaliada, dada a

⁵⁷ Disponível em: <<https://www.congress.gov/congressional-report/111th-congress/house-report/491/1>>. Acesso em: 15 maio 2016.

⁵⁸ Operação anual realizada no Ártico pelas Forças Armadas Canadenses com a participação das Forças Armadas dos EUA. Disponível em: <<http://www.forces.gc.ca/en/operations-canada-north-america-recurring/op-nanook.page>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

⁵⁹ Operação anual realizada no Ártico pelas Forças Armadas Norueguesas com a participação das Forças Armadas dos Estados-Membros da OTAN. Disponível em: <<https://forsvaret.no/en/coldresponse>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

⁶⁰ Os Comandos Unificados são uma distribuição geográfica global das Forças Militares estadunidenses visando o Comando e Controle. Disponível em: <<http://www.defense.gov/Sites/Unified-Combatant-Commands>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

⁶¹ Em 2015, os EUA possuíam 05 navios quebra-gelo e 1 sendo planejado. Disponível em: <<https://www.uscg.mil/hq/cg5/cg552/docs/20150521%20Major%20Icebreaker%20Chart.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

importância desses meios para o acesso à região. Foram destacados os altos custos necessários para a construção de novas bases militares. Com relação a novos projetos, participou que a Marinha, além de realizar exercícios rotineiros com submarinos (ICEX⁶², da sigla em inglês), estava, por meio do documento *Arctic Road Map*, analisando as ações necessárias para se adaptar aos novos desafios da região. O Exército ampliaria sua aviação de combate e de evacuação aeromédica no Alasca. Por fim, a Força Aérea ampliaria a Base Aérea de *Clear*, também localizada no Alasca, a fim de receber capacidade de defesa antimíssil (ESTADOS UNIDOS, 2010; ESTADOS UNIDOS, 2011).

Em 2013, o governo divulgou a “*National Strategy for the Arctic*”, dando prosseguimento a sequência de documentos que marcaram o reposicionamento do Ártico entre as regiões de interesse do Estado. Os EUA declararam que capacitariam seus navios e aeronaves a operar na área e ampliariam sua capacidade de vigilância, inteligência e infraestrutura. As operações teriam como finalidade dar segurança ao comércio, apoiar as operações científicas e garantir a Defesa Nacional (ESTADOS UNIDOS, 2013a).

Nesse mesmo ano, o Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Chuck Hagel, durante o *Halifax International Security Forum*, divulgou o documento “*Department of Defense Arctic Strategy*”. No seu discurso comentou sobre o posicionamento dos EUA quanto aos seus interesses na região

Os Estados Unidos assumem suas responsabilidades como um Estado do Ártico com muita seriedade. Seus militares possuem uma longa experiência em operação na região [...] Ao longo da história do homem, a humanidade busca a descoberta de novas fronteiras. Tempo após tempo, as descobertas foram seguidas por conflitos. Nós não podemos apagar a história, mas podemos assegurar que a história não se repita no Ártico (HAGEL, 2013, p. 1, tradução nossa⁶³).

⁶² *Ice Exercise* (ICEX) é uma operação anual realizada pela Marinha dos EUA, visando o emprego de submarinos no Ártico. Disponível em: <http://www.navy.mil/submit/display.asp?story_id=93648>. Acesso em: 25 jun. 2016.

⁶³ No original em inglês: “The United States takes its responsibilities as an Arctic nation very seriously, and the United States military has extensive experience operating in the Arctic [...] Throughout human history, mankind has raced to discover the next frontier. And time after time, discovery was swiftly followed by conflict. We cannot erase this history. But we can assure that history does not repeat itself in the Arctic.”

As responsabilidades dos EUA mencionadas no discurso, as quais são garantidas por seus militares e, se respeitadas, capazes de contribuir para assegurar o Ártico livre de conflitos na sua visão, são sintetizadas no documento: a manutenção da região segura e estável, onde os interesses dos EUA estão resguardados e o território estadunidense protegido. É mencionado, ainda, que as mudanças geopolíticas do Ártico serão monitoradas a fim de balancear os investimentos na região com os de outras partes do mundo (ESTADOS UNIDOS, 2013b).

Em fevereiro de 2014, a TFCC divulgou uma nova versão do “*U.S Navy Arctic Roadmap*” com ações a serem realizadas pela Marinha no período de 2014 a 2020, a fim de prepará-la para operar no Ártico promovendo a estabilidade e a proteção aos interesses nacionais quando necessário. As referidas ações são atribuídas a órgãos internos e estabelecidas metas anuais com envio de relatórios semestrais ao Comandante da Marinha. Foi destacado, ainda, que, apesar das alterações climáticas facilitarem a acessibilidade, as longas distâncias associadas à falta de infraestrutura de apoio são um desafio⁶⁴ (ESTADOS UNIDOS, 2014b).

Finalmente, a “*National Security Strategy*”, em 2015, destacou que a situação de dependência da Ucrânia e outros Estados da Europa de fontes de energia da Rússia deve levar os EUA e seus aliados a buscarem alternativas. Nesse contexto, é destacada a necessidade de serem envidados esforços para reduzir a possibilidade de conflitos relacionados às fontes de energia no Ártico (ESTADOS UNIDOS, 2015).

Tendo em vista os argumentos apresentados, percebe-se um reposicionamento dos EUA quanto ao seu Grau de Preparação Militar no Ártico. As mudanças climáticas que possibilitaram a abertura periódica das Rotas Marítimas do Norte e da Passagem Noroeste, os estudos que demonstraram a existência de significativas reservas de recursos naturais e, por fim, uma postura mais assertiva da Rússia com relação à região foram os principais

⁶⁴ O Alasca encontra-se a 1.120 milhas náuticas do Polo Norte (ESTADOS UNIDOS, 2014b).

responsáveis por essa alteração.

As grandes distâncias que envolvem o Ártico, associadas às dificuldades inerentes ao clima, dificultam as Operações do governo norte-americano, que busca mitigar estes problemas recorrendo a seus aliados na OTAN, tais como o Canadá e a Noruega, para exercerem sua presença na região em Operações como a *Nanook* e a *Cold Response*.

Não obstante o aumento da importância geoestratégica da região, demonstrada pelos documentos estadunidenses a partir de 2009, as ações tomadas até 2015 foram, principalmente, focadas na realização de levantamento de necessidades de investimentos para aquisição de plataformas, sensores, armas e infraestrutura. Salvo algumas exceções, como a ampliação da aviação de combate do Exército no Alasca e da Base Aérea de *Clear*, houve reduzido investimento na aquisição de material específico para atuação na região. Contudo, não se pode negar que ocorreu uma elevação na presença militar, assim como no grau de adestramento das tropas proporcionados pelos exercícios com submarinos e com as operações supramencionadas realizadas com seus aliados, levando a concluir que houve um aumento do Grau de Preparação Militar no período analisado.

A seguir será analisado como a Rússia se comportou de 1996 a 2015, com relação às suas Forças Armadas no Ártico.

5.2 O Grau de Preparação Militar da Rússia no Ártico

Assim como os EUA, a URSS também atribuiu durante a Guerra Fria um alto valor geoestratégico para o Ártico. Dessa forma, a manutenção de um adequado Grau de Preparação Militar era garantido com bases militares, bombardeiros de longo alcance, mísseis intercontinentais e sistemas de alarme antecipado (DODDS; NUTTAL, 2016).

Com o fim da Guerra Fria e a ascensão de Boris Yeltsin (1992-1998) à presidência

da Rússia, em 1992, a classe dirigente do Estado passou a encarar a cooperação com o Ocidente como a única opção para o crescimento econômico. Nesse período, houve redução do Grau de Preparação Militar em virtude da ausência de recursos e de um certo relaxamento na prontidão operacional ocasionado pela opção de maior integração com o Ocidente. Em 1996, esse modelo começou a apresentar sinais de desgaste com problemas como corrupção, aumento do crime organizado e diminuição da expectativa de vida dos russos. Nesse mesmo ano, Yevgeny Primakov assumiu o Ministério das Relações Exteriores (1996-1997) e, posteriormente, o cargo de Primeiro-Ministro (1998-1999) abandonando uma política externa focada quase que, exclusivamente, no Ocidente para outra que passou a ter como principal característica a afirmação da identidade russa (PECEQUILO, 2012).

Em 1997, foi divulgado o “Conceito de Segurança Nacional da Federação Russa”. A preocupação com a expansão da OTAN e com a integridade territorial do Estado russo foram ressaltadas. Foi priorizada a recuperação e manutenção em um nível elevado do Grau de Preparação Militar a fim de defender os interesses do Estado, inclusive, se necessário, com a utilização de armas nucleares para repelir uma eventual agressão armada (RÚSSIA, 1997).

Em 1999, Vladimir Putin chegou ao poder assumindo o cargo de Primeiro-Ministro (1999-2000 e 2009-2012) e alternando com o cargo de Presidente (2000-2008 e 2012-) permaneceu na condução do Estado durante todo o período abrangido pela pesquisa. Coube a ele manter e intensificar a política de afirmação da identidade russa, postura que ocasionou algumas alterações nas Forças Armadas no Ártico (PECEQUILO, 2012).

Em 2001, a “Doutrina Naval da Federação Russa até o ano de 2020” divulgou a necessidade de se manter a quantidade e qualidade dos meios da Esquadra do Norte⁶⁵ compatíveis com a tarefa de defender os interesses do Estado no Ártico, tais como os recursos naturais existentes na ZEE e na Plataforma Continental, a NSR e a garantia do acesso ao

⁶⁵ A Esquadra do Norte situada em Severomusk, nas proximidades de Murmansk na Sibéria, contava em 2010 com 01 navio-aeródromo, 30 submarinos, 50 navios, 100 aeronaves de asa fixa e 40 de asa rotativa (KONYSHEV;SERGUNIM, 2014).

Oceano Atlântico. Destacou, ainda, a importância dos navios quebra-gelo⁶⁶, especialmente os com propulsão nuclear, essenciais para a navegação na região (RÚSSIA, 2001).

Na administração de Putin, a Rússia identificou o Ártico como uma região vital devido à existência de grandes reservas de recursos naturais, como foi visto no capítulo três. A dependência econômica do Estado da exportação desses recursos justifica a necessidade de garantir a proteção das reservas. O papel das Forças Armadas, nesse contexto, começou a ser delineado em 2001, durante o seu governo, e divulgado, em 2008, no governo de Medvedev (2008-2012), no documento “Fundamentos da Política de Estado da Federação da Rússia no Ártico até 2020 e Perspectivas Futuras” que ressaltou a necessidade de estabelecer Forças Militares associadas com outros órgãos governamentais na área, capazes de assegurar a defesa e a segurança em qualquer condição político-militar. Em 2009, a “Estratégia de Segurança Nacional da Federação da Rússia até 2020⁶⁷”, destacou o Ártico, o Mar Cáspio e a Ásia Central como possíveis regiões de conflitos relacionadas a disputas por recursos naturais (DODDS; NUTTAL, 2016; KONY SHEV; SERGUNIN, 2014; RÚSSIA, 2008; RÚSSIA, 2009).

Todos os documentos supracitados foram acompanhados de ações por parte do governo da Rússia. Em 2007, bombardeiros estratégicos russos voltaram a sobrevoar o Ártico pela primeira vez desde o fim da Guerra Fria. A partir de então, as patrulhas aéreas tornaram-se rotineiras. Antigas bases aéreas foram reativadas para uso militar e civil, tais como as de *Anadyr, Monchegorsk, Olenia, Tiksi, Vorkuta e Kotelny*. Em 2009, foi assinado um contrato com empresa *Tupolev* com a finalidade de desenvolver um novo bombardeiro com tecnologia

⁶⁶ Em 2015, a Rússia possuía 41 navios quebra-gelo, mais 5 em construção e 6 sendo planejados. Disponível em: <<https://www.uscg.mil/hq/cg5/cg552/docs/20150521%20Major%20Icebreaker%20Chart.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

⁶⁷ Segurança Nacional neste documento é definido como a proteção do indivíduo, da sociedade e do Estado contra ameaças internas e externas a fim de garantir os direitos constitucionais, liberdades, qualidade de vida dos cidadãos, soberania, integridade territorial, desenvolvimento sustentável da Federação Russa, defesa e segurança do Estado (RÚSSIA, 2009).

*stealth*⁶⁸. Exercícios com os meios navais foram intensificados na região a partir de 2008. A Esquadra do Norte iniciou um processo de modernização, entre os quais os submarinos da classe Delta IV, com a instalação do sistema de mísseis balísticos intercontinental *Sineva*, capaz de ser lançado com o submarino submerso no gelo. Para prover apoio logístico e administrativo à Esquadra do Norte, foi criado, em 2012, um centro para prestar apoio técnico e material contando com um quadro de 15.000 pessoas (KONYSHEV; SERGUNIN, 2014).

Em 2013, a governo russo divulgou a “Estratégia da Federação da Rússia para o Desenvolvimento da Zona do Ártico e de Segurança Nacional até 2020”, ressaltando a importância da garantia da soberania do Estado nas suas áreas marítimas no Ártico. Para as Forças Armadas foram destacados a necessidade do aumento de adestramentos, a modernização de equipamentos e infraestruturas, a melhoria no sistema de monitoramento e o desenvolvimento de tecnologias duais, ou seja, com aplicação para fins civis e militares (KONYSHEV; SERGUNIN, 2014; RÚSSIA, 2013).

Em abril de 2014, durante uma reunião com o Conselho de Segurança da Federação Russa, o Presidente Putin destacou a importância da reativação das bases militares ao longo das Ilhas da Nova Sibéria e a necessidade de construção de uma nova base naval para uma nova geração de navios e submarinos. Nesse mesmo ano, foi realizada a Operação *Vostok*, um exercício militar realizado no extremo leste da Rússia e no Ártico que contou com a participação de 155.000 militares, 600 aeronaves e 80 meios navais⁶⁹. Em dezembro, foi criado o Comando Estratégico Unificado do Ártico, com sede nas instalações da Esquadra do Norte, responsável pelo comando e controle das Forças Militares em missões na região⁷⁰ (PUTIN, 2014).

Em vista dos aspectos analisados, percebe-se que o Grau de Preparação Militar da

⁶⁸ Tecnologia que diminui a distância na qual a aeronave é detectada pelos radares. Disponível em: <http://www.dod.mil/pubs/foi/Reading_Room/Science_and_Technology/263.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2016.

⁶⁹ Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/46663>>. Acesso em: 02 jul 2016.

⁷⁰ Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/47257>>. Acesso em: 02 jul 2016.

Rússia no Ártico foi influenciada pela administração de Vladimir Putin, seja como Primeiro-Ministro ou como Presidente. Sob sua administração o Estado percebeu a importância da região para a sua economia, dada as reservas de hidrocarbonetos existentes. A alteração climática favoreceu a navegabilidade na Rota do Norte, importante via para o tráfego interno e externo dos recursos explorados. Com essas justificativas, o governo iniciou em 1997, e intensificou, a partir de 2001, o aumento da presença militar na região. Os documentos divulgados no período, estabelecendo atribuições às Forças Armadas, foram acompanhados de um programa de revitalização e construção de bases e meios. O comando e controle de suas Forças na região foi facilitado pela criação do Comando Unificado do Ártico, em 2014. A presença militar também foi reforçada pelas patrulhas aéreas e marítimas, assim como pelos exercícios de maior envergadura como a Operação *Vostok*.

A Rússia possui a seu favor o aspecto geográfico, que facilita a sua presença no Ártico e o controle efetivo da Rota do Norte. Essa vantagem foi bem aproveitada com a revitalização das bases nas ilhas que possui ao largo de seu território, favorecendo o monitoramento e controle da região

Sendo assim, percebe-se a elevação do Grau de Preparação Militar da Rússia no Ártico no período analisado, com a perspectiva de aumento nos próximos anos.

Na próxima seção serão apresentadas as conclusões deste capítulo.

5.3 Conclusões Parciais

Neste capítulo verificou-se que, após a Guerra Fria, houve um período de declínio da presença militar no Ártico. Essa situação foi alterada, inicialmente, pela Rússia a partir de 1997. Nos anos seguintes, sob o comando de Vladimir Putin, o Estado reconheceu que, devido às alterações climáticas, o acesso e exploração dos recursos naturais, agora facilitado

pela maior navegabilidade na Rota do Norte, eram de grande importância para a economia. Como consequência, houve investimentos nas Forças Armadas para revitalizar e construir meios, bases e infraestrutura. A presença militar foi, ainda, reforçada por meios aéreos e navais que passaram a patrulhar a região, assim como pelos exercícios militares realizados.

Por sua vez, os EUA iniciaram uma alteração de postura em 2009 ao notar uma Rússia mais assertiva na região com a divulgação dos “Fundamentos da Política de Estado da Federação da Rússia no Ártico até 2020 e Perspectivas Futuras”.

O governo norte-americano possuía, no período analisado, interesses na região, tais como, a garantia da livre navegação na NSR e na Passagem Noroeste e a possibilidade de ampliar suas reservas de hidrocarbonetos, diminuindo a dependência externa. Portanto, observou a crescente presença militar da Rússia como uma ameaça a esses interesses.

As ações dos EUA ocorreram por meio da intensificação de operações militares e de estudos de análise de investimentos, porém, ainda, tímidas no aspecto material. Nesse aspecto, cabe ressaltar a presença de 5 navios quebra-gelo contra 41 dos russos. Por fim, registra-se que os EUA têm contado com o apoio dos seus aliados da OTAN (Canadá, Dinamarca e Noruega) com a finalidade de mitigar restrições impostas pelas grandes dimensões do Ártico frente a sua localização geográfica e a falta de bases na região.

Deve-se, ainda, ressaltar que ambos Estados observaram o outro como ameaça aos seus interesses, o que contribuiu para ações e reações dando origem a um ciclo vicioso de aumento da presença militar na área.

Com as evidências selecionadas na literatura e em documentos oficiais verificou-se o aumento da importância geopolítica da região e que os EUA e a Rússia, entre 1996 e 2015, conduziram ações no sentido de aumentar seus Graus de Preparação Militar no Ártico. Logo, sendo esse um elemento constitutivo do Poder Nacional, pode-se afirmar, no que tange ao presente aspecto, que ambos conduziram suas ações de acordo com a Teoria Realista.

6 CONCLUSÃO

Neste trabalho buscou-se analisar as ações dos EUA e da Rússia no Ártico, entre 1996 e 2015, diante a alteração climática da região. Os estudos dos argumentos apresentados foram conduzidos no sentido de esclarecer se as referidas ações encontravam-se em sintonia com a Teoria Realista.

A estratégia engendrada para atingir o propósito fundamentou-se na aplicação do Realismo apresentado por Morgenthau, com ênfase para a conceituação de Poder Nacional e seus elementos constitutivos, o que permitiu perscrutar as ações realizadas pelos EUA e Rússia no Ártico.

Primeiramente, foi realizada uma síntese sobre as bases da Teoria Realista nas relações internacionais, em que o Estado é considerado o único ator e sempre buscando maximização de seu Poder Nacional. Após a apresentação dos elementos constitutivos desse Poder, os Recursos Naturais, a Geografia e o Grau de Preparação Militar foram selecionados para atuarem como variáveis no intuito de contribuir para a análise das ações dos Estados em foco no trabalho. Ainda nesse capítulo, o Ártico foi apresentado, ressaltando sua predominância marítima e dimensão continental. O aquecimento da região com suas consequências para a abertura das rotas marítimas árticas, encurtando o caminho entre a Europa e o leste da Ásia, bem como a acessibilidade aos recursos naturais da área, foram abordados. Por fim, uma breve radiografia sobre os principais grupos indígenas organizados, assim como a criação e o papel do Conselho do Ártico ao longo do período foram expostos, encerrando a apresentação dos conhecimentos necessários para a compreensão dos argumentos apresentados no decorrer da pesquisa.

A análise da variável Recursos Naturais, no capítulo três, diante as ações dos Estados em análise, demonstrou o interesse deles em ampliar suas reservas naturais, com

enfoque diferenciado. A Rússia, com uma postura mais enfática, expôs a importância dos recursos da região para o seu futuro. Por sua vez, os EUA, que não possuíam grandes ambições na área, alteraram sua postura após a confirmação da existência de grandes reservas de recursos naturais no Ártico em 2008, pela USGS, vendo a oportunidade de ampliar suas reservas e diminuir a dependência externa.

No capítulo quatro, a variável Geografia, utilizada com fundamento no conceito de águas interiores, demonstrou a disputa pelo controle da Rota Marítima Norte pela Rússia e da Passagem Noroeste pelo Canadá, sendo ambas contestadas pelos EUA. O degelo crescente na região associado a investimentos em infraestrutura abriram espaço para a perspectiva de migração de parcela do tráfego marítimo mundial do Canal de Suez e do Canal do Panamá para as águas dessas novas rotas. Para a Rússia, a Rota Marítima Norte representa a principal via interna para o transporte dos recursos naturais extraídos da região e a possibilidade de ganhos com o tráfego marítimo em trânsito, assim como a possibilidade de desdobrar em suas águas suas Forças Militares para os dois extremos do Estado. Para os EUA, a interpretação de que as rotas supramencionadas tratam-se de estreitos internacionais garante o livre trânsito para o seu comércio, assim como para suas Forças Militares, entretanto, a não ratificação da CNUDM enfraquece os seus argumentos no cenário internacional.

A última variável analisada, o Grau de Preparação Militar, foi discutida no capítulo cinco. Ambos os Estados, no período analisado, buscaram aumentar essa variável. A Rússia, tendo em vista a importância dos recursos naturais do Ártico para a economia do Estado e da Rota Marítima Norte para transportá-los, decidiu ao longo do período ampliar o Grau de Preparação Militar na região com investimentos em equipamentos, construção e modernização de bases e adestramentos. Os EUA iniciaram esse processo após perceberem uma postura mais assertiva da Rússia, contudo as ações foram focadas mais no adestramento e nos estudos sobre futuros investimentos em equipamentos. Foi percebido, ainda, que o

aumento do Grau de Preparação Militar na região encontra-se em um processo cíclico entre os Estados, no qual a percepção do aumento da capacitação de um incentiva o aumento dessa no outro.

Todos as conclusões parciais apontadas aclaram os pontos relevantes do problema, restando então combiná-las para obter uma ilação mais consubstanciada que responda às questões desta pesquisa.

De maneira fundamentada, pode-se afirmar que as ações dos EUA e da Rússia no Ártico, entre 1996 e 2015, estavam em sintonia com a Teoria Realista de Morgenthau. Os Estados buscaram aumentar o Poder Nacional utilizando-se de ações que viabilizassem o incremento dos elementos constitutivos desse poder na região, perseguindo, portanto, os seus próprios interesses.

Dessa maneira, espera-se que o trabalho possa contribuir para uma melhor compreensão da política internacional no Ártico, como para a percepção do aumento da importância geopolítica da região.

Por fim, sugere-se, como futura linha de pesquisa, as similaridades que poderão ocorrer entre a política internacional na região e uma possível mudança na atual política para a Antártica, assim como as consequências para o Brasil da migração de parcela do tráfego marítimo internacional para o Ártico.

REFERÊNCIAS

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do século XX**. 2.ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2011. 312 p.

BLOOM, Evan T. **Establishment of the Arctic Council**. The American Journal of International Law, Washington, v. 93, p. 712-722, 1999. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/212368.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD-35-G-01: Glossário das Forças Armadas**. 5. ed. Brasília. 2015. 288p. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35_g_01_glossario_ffaa_5_ed_2015.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BYERS, Michael. **International Law and the Arctic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. 314 p.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012. 580 p. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

CHIRCOP, Aldo. **The Growth of International Shipping in the Arctic: Is a regulatory review time?** The International Journal of Marine and Coastal Law, Washington, v. 24, n. 2, p. 356, 2009. Disponível em: <<http://booksandjournals.brillonline.com/content/journals/15718085/24/2>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

CONLEY, Heather; KRAUT, Jamie. **U.S Strategic Interests in the Arctic: An Assessment of Current Challenges and New Opportunities for Cooperation**. Washington: Center for Strategic International Studies, abr. 2010. Disponível em: <https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fspublic/legacy_files/files/publication/100426_Conley_USStrategicInterests_Web.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

DODDS, Klaus; NUTTAL, Mark. **The Scramble for the Poles**. Cambridge: Polity Press, 2016. 212 p.

ESTADOS UNIDOS. **National Security Strategy**. Washington: The White House, 1998. 59 p. Disponível em: <<http://nssarchive.us/NSSR/1998.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2016.

_____. **National Security Presidential Directive - NSPD 66**. Washington: The White House, 2009a. 14 p. Disponível em: <<http://fas.org/irp/offdocs/nspd/nspd-66.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. **U.S Navy Arctic Roadmap**. Washington: Oceanographer of the Navy, 2009b. 36 p. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a516591.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **National Security Strategy**. Washington: The White House, 2010. 60 p. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov>>. Acesso em: 15 abr.2016.

_____. **Department of Defense: Report to Congress on Arctic Operations and the Northwest Passage**. Washington, 2011. 32 p. Disponível em: <http://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/Tab_A_Arctic_Report_Public.pdf> Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. **National Strategy for the Arctic Region**. Washington: The White House, 2013a. 11 p. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/nat_arctic_strategy.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. **Department of Defense: Arctic Strategy**. Washington, 2013b. 14 p. Disponível em: <http://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2013_Arctic_Strategy.pdf>. Acesso em: 10 abr.2016.

_____. **Implementation Plan for National Strategy for the Arctic Region**. Washington: The White House, 2014a. Disponível em:< https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/implementation_plan_for_the_national_strategy_for_the_arctic_region_-_fi....pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. **U.S Navy Arctic Roadmap for 2014 to 2030**. Washington: Oceanograhter of the Navy, 2014b. 43 p. Disponível em:< http://www.navy.mil/docs/USN_arctic_roadmap.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **National Security Strategy**. Washington: The White House, 2015. 29 p. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

HAGEL, Chuck. **Discurso no Halifax International Security Forum**, Halifax, 22-24 nov. 2013. Disponível em: <<http://archive.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=1821>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

KACZYNSKI, Warsaw Vlad M. **US-Russian Sea Marine Border Dispute: Conflict over Strategic Assets Fisheries and Energy Resources**. Russian Analytical Digest, Bremen, v. 20, p.2-5, maio 2007. Disponível em: <<http://www.css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/RAD-20.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2016.

KÄPYLA, Juha; MIKOLA, Hairi. **The Global Arctic: The Growing Arctic Interests of Russia, China, The United States, and the European Union**. The Finnish Institute of International Affairs, Helsinki, v. 13, ago. 2013. Disponível em: <http://www.fiia.fi/en/publication/347/the_global_arctic/>. Acesso em: 10 mar. 2016.

KLARE, Michael T. **The Race for What's Left: The Global Scramble for the World's last Resources**. New York: Metropolitan Books, 2012. 320 p.

KONYSHEV, Valery; SERGUNIN, Alexander. **Is Russia a revisionist military power in the Arctic?** Defense & Security Analysis, Saint Petersburg, v. 30, n. 4, set. 2014. Disponível em: <<https://www.hse.ru/pubs/share/direct/document/147176841>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

LASSERRE, Frédéric. **Les détroits arctiques canadiens et russes: souveraineté et développement de nouvelles routes maritimes**. Cahiers de géographie du Québec, v. 58, dez. 2004. Disponível em: <<https://www.erudit.org/revue/cgq/2004/v48/n135/011799ar.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

MARSHALL, Tim. **Prioners of Geography: Ten maps that tell you everything you need to know about global politics**. Londres: Elliot and Thompson, 2015. 304 p.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. 1152 p. Título original: Politics among nations: the struggle for power and peace. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Política Internacional**. 2.ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012. 354 p.

PUTIN, Vladimir. **Discurso no Expanded Meeting of the Defense Ministry Board**, Moscou, 19 dez. 2014. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/47257>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

RUSSIA. **Conceito de Segurança Nacional da Federação Russa**. Moscou: Conselho de Segurança da Federação Russa, 1997. Disponível em: <<http://www.scrf.gov.ru/documents/1.html>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

_____. **Doutrina Naval da Federação Russa até o ano de 2020.** Moscou: Conselho de Segurança da Federação Russa, 2001. Disponível em: <<http://www.scrf.gov.ru>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

_____. **Fundamentos da Política de Estado da Federação da Rússia no Ártico até 2020 e Perspectivas Futuras.** Moscou: Conselho de Segurança da Federação Russa, 2008. Disponível em: <<http://www.scrf.gov.ru/documents/98.html>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

_____. **Estratégia de Segurança Nacional da Federação da Rússia até 2020.** Moscou: Conselho de Segurança da Federação Russa, 2009. Disponível em: <<http://www.scrf.gov.ru/documents/99.html>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

_____. **Estratégia da Federação da Rússia para o Desenvolvimento da Zona do Ártico e de Segurança Nacional até 2020.** Mursmansk: Ministério do Desenvolvimento Econômico, 2013. Disponível em: <http://minec.gov-murman.ru/files/Strategy_azrf.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2016.

SAKHUJA, Vijay. **Northern Sea Route and Russia's Resource Exploitation Strategy.** Indian Council of World Affairs, New Delhi, jul. 2010. 8 p. Disponível em: <http://www.icwa.in/pdfs/IB_NSR.pdf> Acesso em: 10 maio 2016.

UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY - USGS. **Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle.** Menlo Park, 2008. 4 p. Disponível em: <<http://pubs.usgs.gov/fs/2008/3049/fs2008-3049.pdf>>. Acesso em 15 maio 2016.

ANEXO A



FIGURA 1 – Limite geográfico do Ártico

Fonte: Conselho do Ártico. Disponível em:

<http://www.arcticcouncil.org/images/PDF_attachments/Maps/admin_areas.pdf>

Acesso em: 10 jul. 2016.

ANEXO B

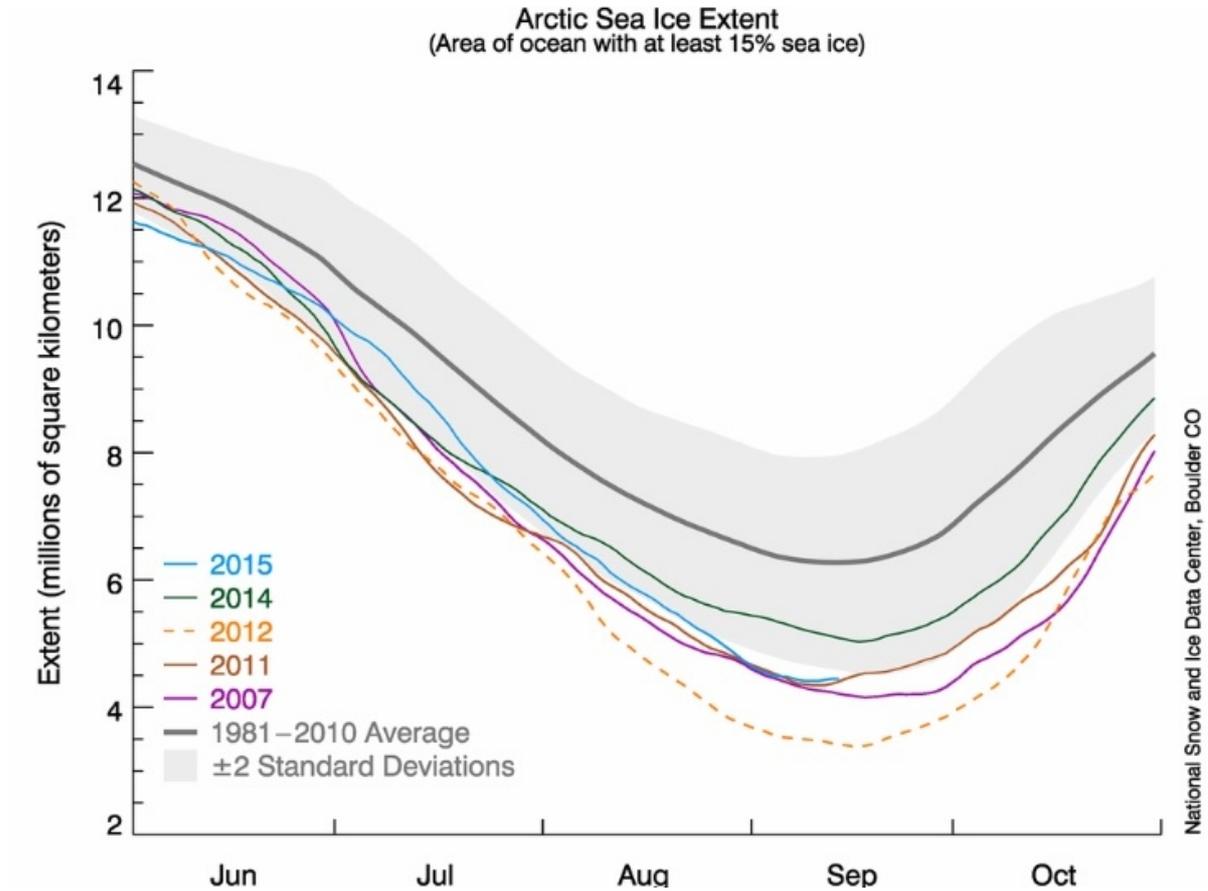


FIGURA 2 – Extensão da área congelada do Oceano Ártico

Fonte: *National Snow and Ice Data Center*. Disponível em:

<<http://nsidc.org/arcticseaicenews/files/2015/09/Figure2a.png>>

Acesso em: 05 jul. 2016.

ANEXO C

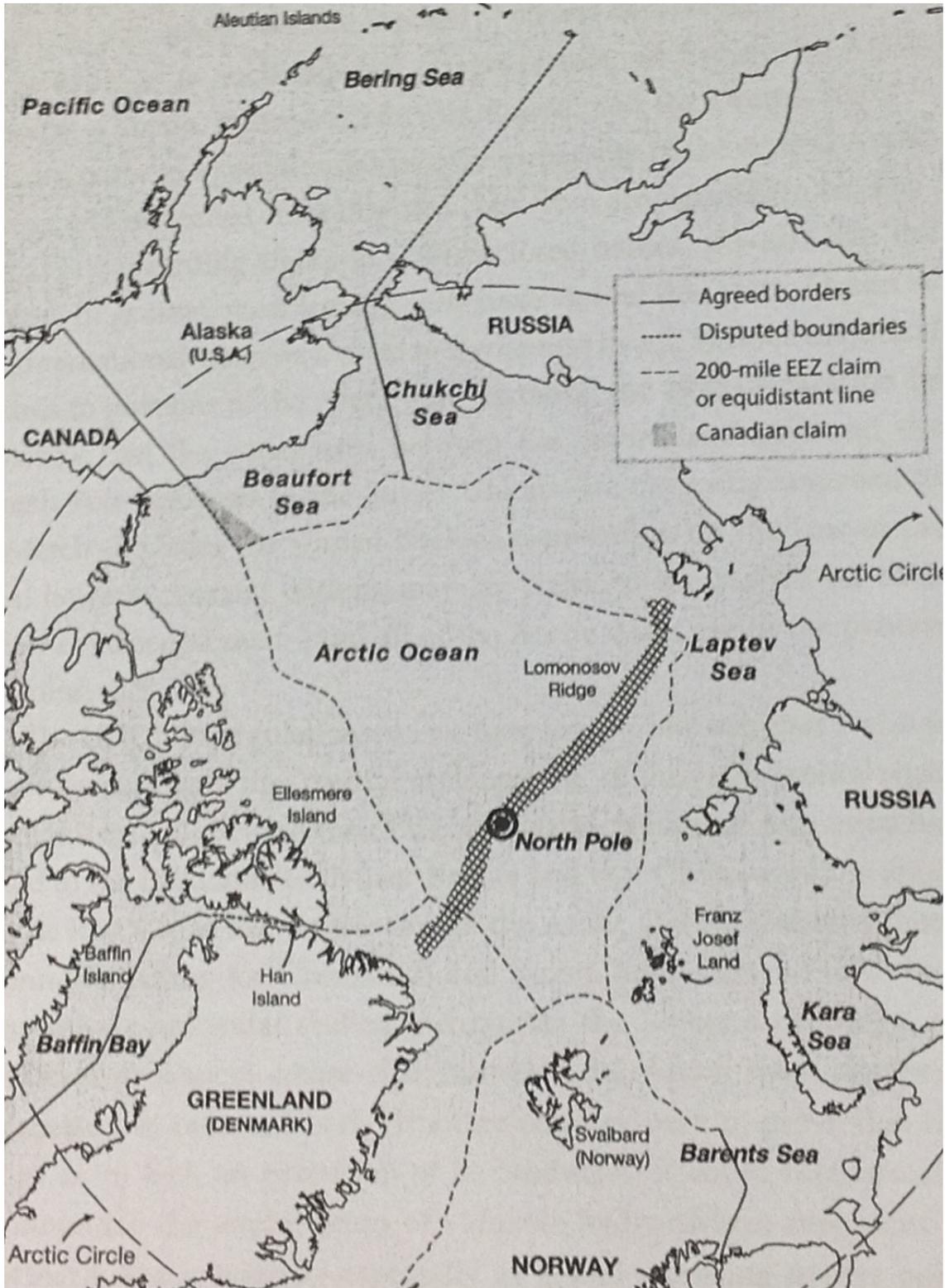


FIGURA 3 – A Cordilheira de Lomonosov e limites marítimos do Ártico
Fonte: KLARE, 2012, p. 95.

ANEXO D

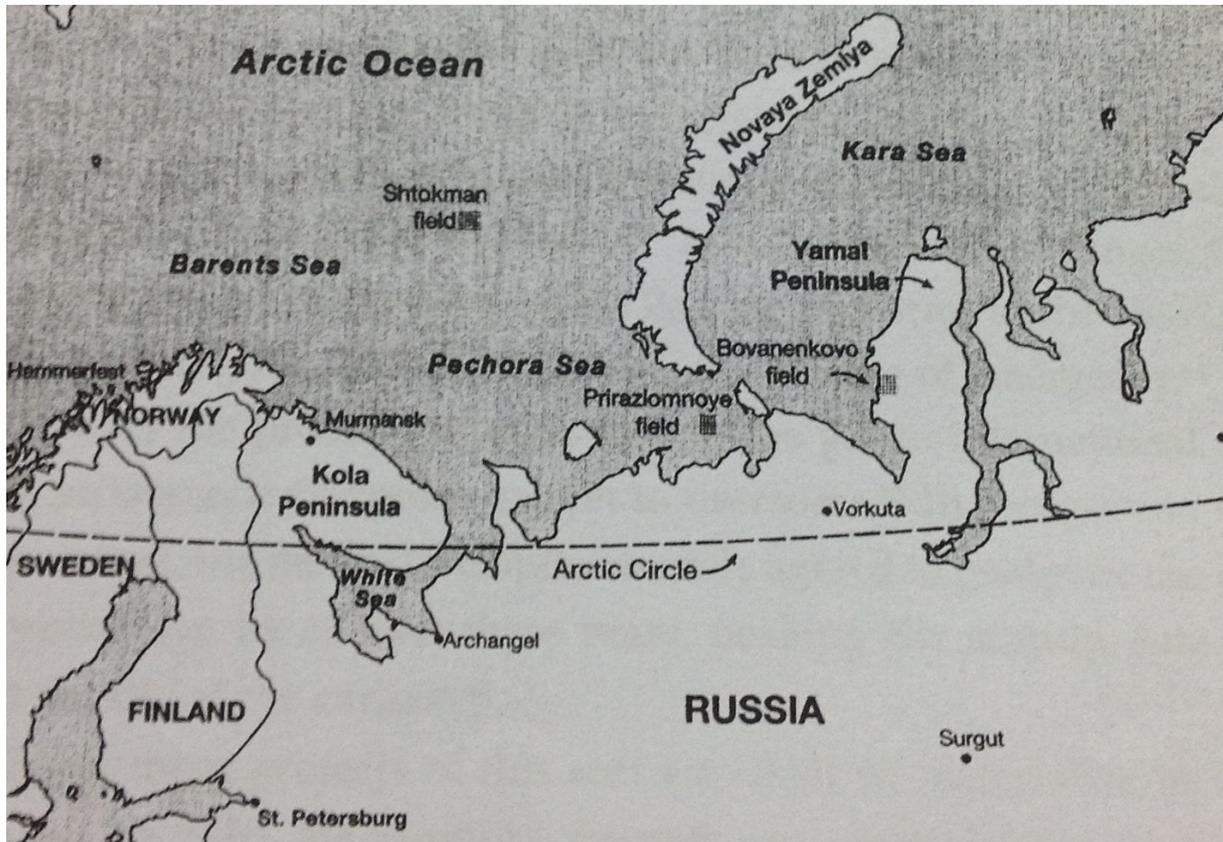


FIGURA 4 – Campos de petróleo e gás da Rússia no Ártico
Fonte: KLARE, 2012, p. 90.

ANEXO E

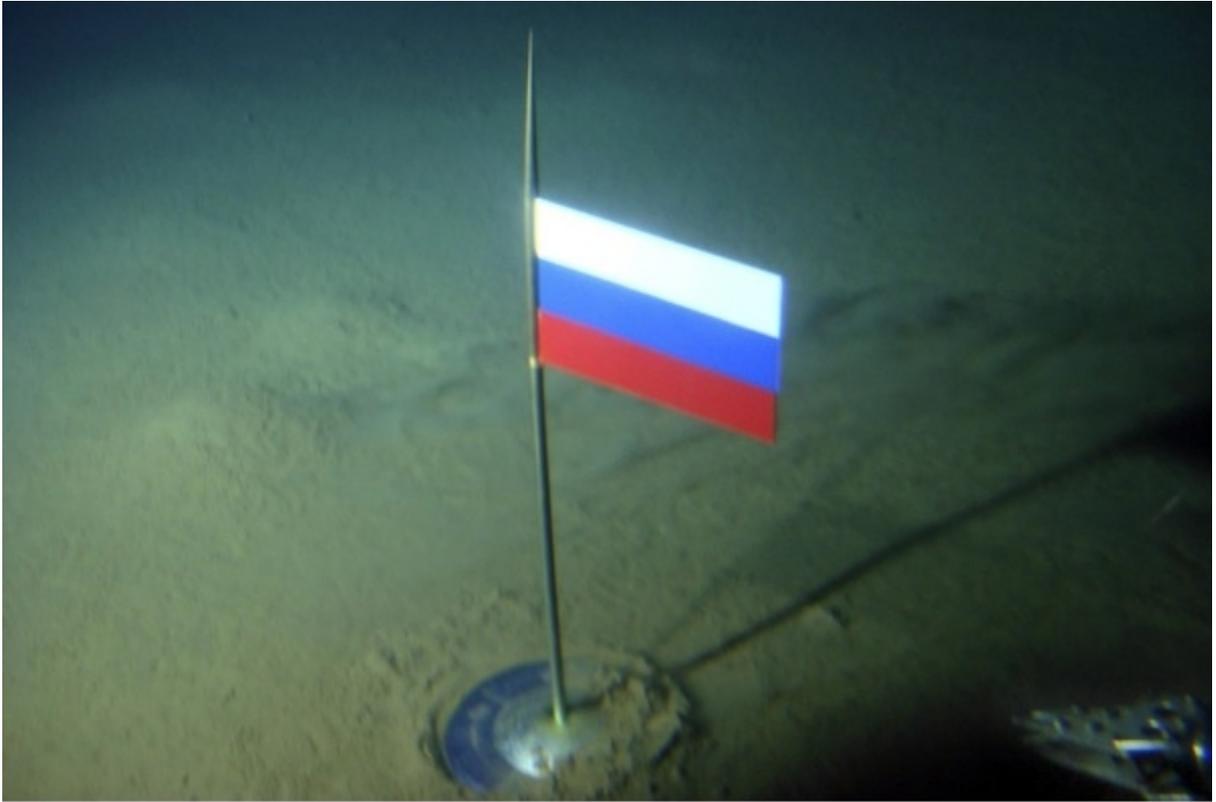


FIGURA 5 – Bandeira da Rússia no Polo Norte

Fonte: Eurasianet. Disponível em: <<http://www.eurasianet.org/node/69641>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

ANEXO F

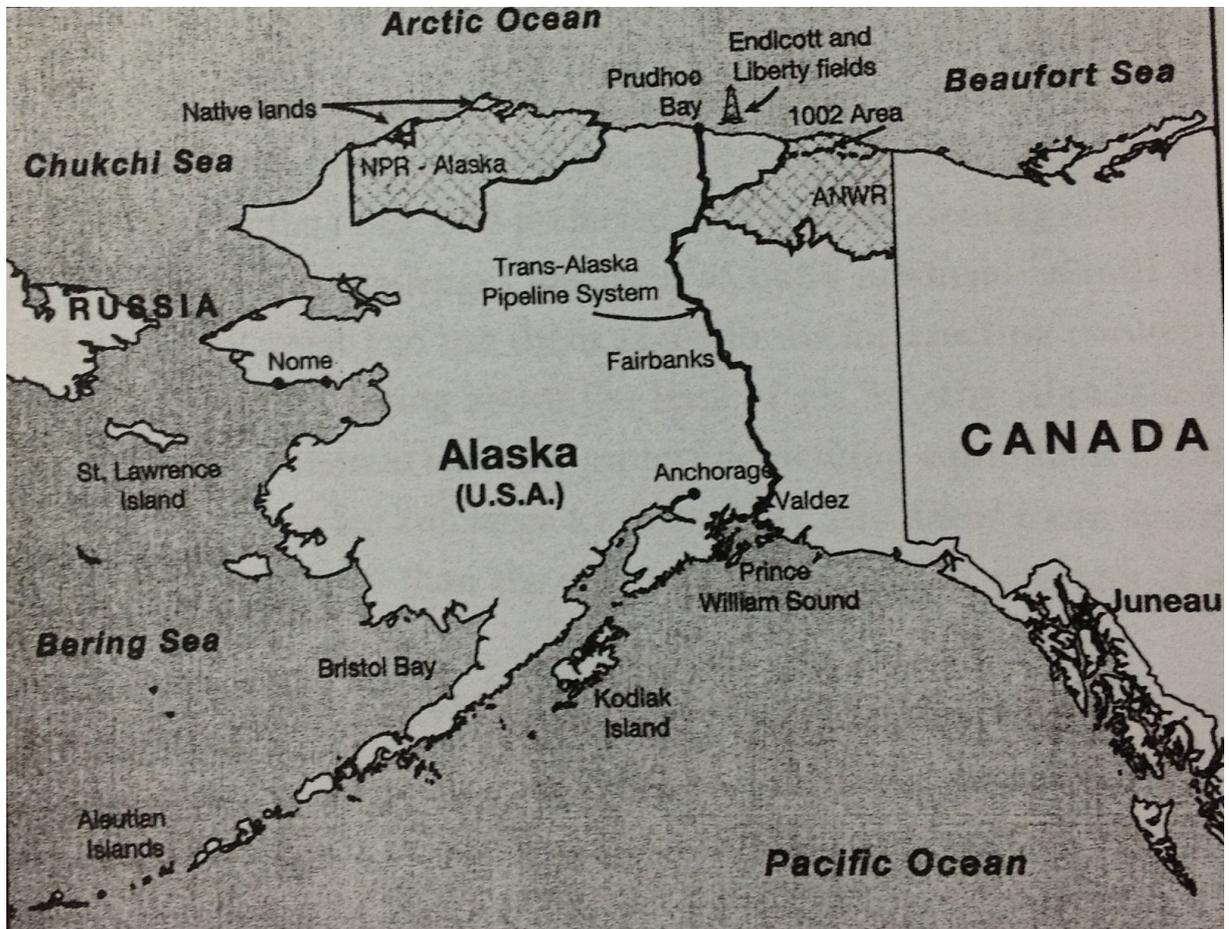


FIGURA 6 – Campos de petróleo e gás no Alasca.

Fonte: KLARE, 2012, p. 79.

ANEXO G



FIGURA 7 – Rotas marítimas no Ártico

Fonte: ESTADOS UNIDOS, 2014b, p. 14.

ANEXO H

TABELA 1
Distâncias entre portos (km) segundo as rotas marítimas

Rota marítima	Londres - Yokohama	Nova Iorque - Yokohama	Hamburgo - Vancouver
Panamá	23 300	18 560	17 310
Suez e Málaga	21 200	25 120	29 880
Cabo Horn	32 289	31 639	27 200
Passagem Noroeste	15 930	15 220	14 970
Rota Marítima Norte	14 062	18 190	13 770

Fonte: LASSERRE, 2004, p. 398.

ANEXO I

TABELA 2
Tonelagem (t) do tráfego marítimo na Rota Marítima Norte entre 2013 e 2015

Tráfego Marítimo	2013	2014	2015
Em trânsito	1.300.000	300.000	10.0000
Com origem e destino em portos russos	2.800.000	3.700.000	4.500.000

Fonte: Disponível em: < <http://barentsobserver.com/en/arctic/2015/10/northern-sea-route-focus-domestic-projects-17-10>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

ANEXO J

TABELA 3
Tráfego marítimo na Passagem Noroeste entre 2005 e 2010

Tipo de Navio	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Navio Quebra-gelo	2	2	2	1	2	2
Navio de Cruzeiro	2	2	3	2	3	8
Navio de Recreio	-	-	2	7	10	13
Rebocadores	-	1	-	-	2	1
Navio Mercante	-	-	-	2	1	2
Navio de serviço local	-	-	-	2	1	2
Navio de Pesquisa	3	1	-	1	-	-
TOTAL	7	6	7	14	18	26

Fonte: Disponível em: < <http://www.iesm.pt/cisdi/caderiesm/Cadernos%20do%20IESM>>.
Acesso em: 04 jun. 2016.